

Setembro de 2023

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

DW CEDOC

DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Ambiente](#)
10. [Genero e Violencia](#)
11. [Investimento Chines em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Expansão, OPAÍS, Metropolitano da Capital Angolana, Economia & Finanças. Novo Jornal, Cultura.
- Websites: Jornal de Angola
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
Massomba Dominique
Moisés Festo
Amilcar Salumbo
Cupi Baptista

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
Rooftops Canada - Abri Internacional
Global Affairs Canada
International Development Research Centre
USAID
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Sindicatos exigem do Executivo aumento do salário para 245 mil Kz	1
1.2 Governo aprova medidas equilibrar os salários na Função Pública	1
2. MICROFINANÇA	4
2.1 Kixicrédito desembolsa quase 290 mil milhões em 18 anos	4
3. MERCADO INFORMAL	5
3.1 Governador de Luanda mantém encontro com mototaxistas	5
3.2 Circulação de camiões e mototáxis sujeita a novas normas em Luanda	5
3.3 Mercados informais com preços mais acessíveis na venda de material escolar	6
3.4 Moageiras artesanais em mercados informais dão sustento às famílias	8
3.5 Preço dos serviços	8
3.6 Luanda controla 50 técnicos do PREI	9
3.7 Programa de Reconversão da Economia Informal finaliza infra-estrutura de apoio	10
3.8 Vendedores satisfeitos com o processo	11
3.9 Governo reforça fiscalização da captura ilegal de pescado	11
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	13
4.1 ONG sugere gradualismo autárquico para Angola visando acelerar processo	13
4.2 Orçamento do município absorve nove mil milhões de kwanzas	13
4.3 Cidadãos dão subsídios para execução do OGE	14
4.4 Destacado papel da Comunicação Social no processo do Orçamento Participativo	15
4.5 “O que é o Orçamento participativo”?	16
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	17
5.1 ONG sugere gradualismo autárquico para Angola visando acelerar processo	17
5.2 ADRA diz que autarquias não devem ser consideradas zonas de disputas partidárias	17
5.3 MAT avalia condições para elevação de Mavinga à capital da província do Cuando	18
5.4 Administrações municipais vão poder intervir no licenciamento da pesca artesanal	19
5.5 Orçamento do município absorve nove mil milhões de kwanzas	20
5.6 Divisão Político-Administrativa passa pela auscultação da população	21
5.7 Mais de 70 complexos administrativos autárquicos estão em construção no país	21
5.8 MAT promove fórum de recolha de contribuições para o orçamento das administrações municipais	22
5.9 Destacado papel da Comunicação Social no processo do Orçamento Participativo	23
5.10 O que é o "Orçamento Participativo"?	24
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	26
6.1 Metro de Superfície vai passar pelas zonas de maior densidade populacional	26
6.2 A história da antiga Nova Lisboa	27
6.3 Celebração capicua e todos pelo Huambo	29

6.4	Novas infra-estruturas sociais renovam esperanças dos munícipes do Huambo	30
6.5	Ex-refugiados instalados no bairro da Mina pedem mais serviços sociais	30
7.	TERRA	35
7.1	FundInvest ‘larga’ milhões num diferendo que ‘convide’ GPL e Bombeiro	35
7.2	Despejo doloroso ... por venda sem consentimento	36
7.3	Mais de 20 hectares de terras aráveis em risco de serem expropriadas na Matala	37
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	39
8.1	Angola entre os 14 países africanos com crianças com maior exposição a escassez de água	39
8.2	Benguela e Lobito recebem meios para recolha de lixo	39
8.3	Danificação de condutas será agravada para crime contra património do Estado	40
8.4	Empresa de Águas promete 15 mil novas ligações na cidade do Uíge a partir de Janeiro	41
8.5	Sector da Energia e Águas quer melhorar sistema de cobrança”.	44
8.6	Canal do Cafu com elevados níveis de acumulação de água	45
8.7	Projecto Cafu recupera represas inoperantes	46
9.	AMBIENTE	48
9.1	Garimpo de areia no “cavaco”: entre a sobrevivência humana e os danos ao ambiente	48
9.2	Estudo sobre direitos ambientais e humanos é apresentado hoje	49
10.	GÉNERO E VIOLÊNCIA	51
10.1	Polícia Nacional está preocupada com o aumento da criminalidade	51
11.	INVESTIMENTOS CHINÊS EM ANGOLA	52
11.1	Equipa Económica trabalha na Câmara de Comércio Angola-China	52
11.2	Angola e China preparam assinatura do Acordo de Protecção Recíproca de Investimentos	52
11.3	Angola é um país importante em África e com melhorias no ambiente de negócios	54

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Sindicatos exigem do Executivo aumento do salário para 245 mil Kz

Novo Jornal

15 De Setembro de 2023

Texto: NJ/ Agências

Centrais sindicais angolanas defendem, em caderno reivindicativo remetido ao Presidente angolano, a actualização do salário mínimo nacional para 245 mil Kz contra os actuais 32 mil e a redução do Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT) para 10%.

A posição da União Nacional dos Trabalhadores de Angola - Confederação Sindical (UNTA-CS), da Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA) e da Força Sindical consta de um caderno reivindicativo conjunto a que Lusa teve hoje acesso.

"Ao longo dos tempos, o movimento sindical angolano tem se manifestado, constantemente, contra a situação degradante dos trabalhadores que passam por imensas dificuldades, consubstanciadas no acumular da herança de inflação galopante", dizem os sindicatos.

Apontam também o "acentuado" nível de desemprego, o baixo nível da renda real das famílias, a desvalorização 'assustadora' do kwanza, a desaceleração e instabilidade da actividade económica, bem como a política fiscal "mal concebida" como razões das suas reivindicações.

Os órgãos sindicais denunciam, igualmente, o que consideram de "desumana escravatura laboral moderna em Angola, praticada por empresas nacionais e estrangeiras".

De acordo com a UNTA-CS, a CGSILA e a Força Sindical, a retirada da subvenção do Estado à gasolina "agudizou da pior forma a vida socioeconómica dos trabalhadores em todas as vertentes, pelo facto de a mesma não ter sido acompanhada com outras medidas complementares, que deveriam atenuar o impacto negativo da sua aplicação".

Recordam que, nas celebrações do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, apresentaram uma

declaração das suas preocupações ao Titular do Poder Executivo e Presidente angolano, João Lourenço, e "não houve pronunciamentos" desse.

Defendem, por isso, neste caderno reivindicativo, a actualização do salário mínimo nacional para 245.000 Kz, "para corresponder com o custo de vida, tendo em consideração a inflação acumulada".

O desagravamento do Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT) na ordem dos 10%, a implementação prática dos subsídios de isolamento e instalação em todas as localidades, a actualização dos subsídios de aleitamento materno, de funeral, de morte e o abono de família constam, igualmente, das reivindicações dos sindicatos.

As centrais sindicais de Angola defendem, ainda, a gestão partilhada dos fundos do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), "conferindo-lhe transparência necessária", a institucionalização do subsídio de desemprego e "exigem" o fim da "escravatura laboral" em Angola.

A UNTA-CS, a CGSILA e a Força Sindical "exigem" mesmo que os pontos constantes do caderno reivindicativo sejam satisfeitos no presente ano económico 2023, admitindo accionar a lei da greve findo esse prazo.

I.2 Governo aprova medidas equilibrar os salários na Função Pública

Jornal Economia e Finanças

29 De Setembro de 2023

Texto: Adelina Inácio

Executivo aprovou, terça-feira, em Luanda, o Roteiro para a Implementação da Nova Arquitectura Remuneratória da Administração Pública, com o objectivo de harmonizar e reforçar as normas dos salários e outros benefícios dos funcionários públicos e agentes administrativos.

A nova Arquitectura Remuneratória vai permitir o equilíbrio e aumento salarial, com base no contexto económico, atribuição remuneratória competitiva, desempenho, competência e experiência.

O modelo define, também, um plano de benefícios não pecuniários atractivos com impacto no rendimento disponível destes funcionários e a comunicação clara das estruturas remuneratórias, para evitar desigualdades ocultas e gerar o sentimento de justiça salarial.

A ideia do Executivo é tornar mais justa e transparente a recompensa do trabalho prestado, garantindo, desta forma, maior eficiência administrativa e melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e, conseqüentemente, a valorização e motivação do capital humano na Administração Pública.

A decisão saiu da sétima reunião ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço.

Soluções sustentáveis

A ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias, esclareceu que se pretende com a aprovação do Roteiro encontrar soluções sustentáveis para a Administração Pública.

"A nossa visão é que, a partir do momento que o Roteiro entrar em vigor, não haja mexidas na situação actual para nos permitir trabalhar sem ter que voltar a refazer os estudos já feitos", disse, em declarações à imprensa, no final da reunião.

A ministra falou das reivindicações sobre os desequilíbrios e a melhoria dos salários na Administração Pública.

Teresa Rodrigues Dias adiantou, ainda, que o sector está a trabalhar numa política salarial para a estabilidade da Administração Pública, melhores serviços públicos e salários aos funcionários e agentes públicos.

O Ministério, prosseguiu, para implementar este Roteiro está a fazer um pré-diagnóstico que vai permitir definir a nova estrutura de remunerações na Função Pública.

A responsável do MAPTSS esclareceu que o Roteiro aprovado pela Comissão Económica do Conselho de Ministros vai comportar três fases, nomeadamente a de conclusão, implementação/avaliação e comunicação.

Ao nível da remuneração no sentido amplo, acrescentou a governante, constatou-se que os três poderes (Executivo, Judicial e Legislativo) têm salários díspares, sublinhando que a tendência é responder ao impacto das oscilações da moeda e do mercado, bem como dar conforto ao universo dos funcionários, melhorando os complementos.

"Temos tido complementos muitas vezes superiores aos salários e não é correcto. A tendência deve ser contrária ", reforçou a ministra.

Teresa Rodrigues Dias reconheceu que Angola tem salários "muito baixos", comparado a outros países da região, tendo citado como exemplo Moçambique.

A ministra disse que o Presidente da República, João Lourenço tem função desta disparidade, tem orientado para, de forma profunda, fazer-se um levantamento destas tendências e das oscilações: "porque não podemos ter centenas de normas avulsas, que vão ditando os ajustamentos, distorcendo aquilo que é a regra".

Incentivo ao amplo consumo de produtos nacionais

A Comissão Económica aprovou, igualmente, na terça-feira, o Regime Jurídico Aplicável à Aquisição de Bens de Amplo Consumo e Incentivo à Produção Nacional, diploma que contém disposições concretas para estimular a produção nacional, consagrando, inclusivamente, a obrigatoriedade de o Estado adquirir bens de amplo consumo de produção nacional e bens com selo "Feito em Angola".

Prevê-se, ainda, um regime de "Licenciamento Não Automático das Importações e Exportações de Bens de Amplo Consumo", nos termos do qual serão apenas concedidas licenças de importação a bens que não sejam produzidos em território nacional em quantidades suficientes para atender à procura interna e de exportação, que são excedentários às necessidades nacionais.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou, ainda, a Agenda Nacional para o Emprego, documento que estabelece as linhas orientadoras para a actuação coordenada dos dis-tintos actores, quer públicos quer privados, no domínio do Fomento do Emprego, com a perspectiva da redução da taxa de desemprego na economia nacional.

A intenção, segundo o comunicado final da reunião de ontem, é colmatar o desequilíbrio entre a procura e a oferta de trabalho, promovendo a melhoria da redistribuição da renda nacional e a redução das assimetrias regionais.

No encontro, foi recomendada a auscultação dos governadores provinciais, no sentido de obter mais contribuições para o documento.

A Comissão aprovou, também, a política que define os preços mínimos de referência para a aquisição e eventual constituição do stock físico da Reserva Estratégica Alimentar com produtos de amplo consumo de produção nacional, no curto, médio e longo prazos.

De acordo com o comunicado, o Executivo pretende, com a aprovação destas medidas, contribuir para a estabilidade da oferta de bens alimentares, em quantidade e preço, de forma a mitigar possíveis perturbações de mercado e permitir o acesso aos produtos essenciais a preços não especulativos, nos centros de consumo rural e urbano, assim como fomentar o aumento da produção nacional.

Com as medidas analisadas, o Executivo pretende garantir a compra dos excedentes da produção nacional e minimizar a necessidade de recorrer às importações.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou, finalmente, a Programação Financeira do Tesouro Nacional, referente ao IV Trimestre de 2023, documento que engloba as projecções das entradas e saídas de recursos financeiros no período em referência, registando as operações com incidência directa e indirecta de tesouraria, bem como os pressupostos da receita, seguindo-se os fluxos de entrada de recursos, fluxos de pagamentos. Operações financeiras e uma breve abordagem aos riscos à execução.

2. MICROFINANÇA

2.1 Kixicrédito desembolsa quase 290 mil milhões em 18 anos

Jornal Economia e Finanças
29 De Setembro de 2023

A Kixicrédito, uma instituição financeira não-bancária especializada no microcrédito, financiou, nos últimos 18 anos, um total de 770 mil projectos, com desembolsos avaliados 290 mil milhões de kwanzas, de acordo com uma nota de imprensa divulgada, terça-feira, pela companhia por ocasião do aniversário que se comemora amanhã.

Implantada desde 2008 no país, onde reclama para si uma quota de mercado superior a 70 por cento em todos os segmentos, a companhia declara que desembolsa cerca de 12 mil milhões de kwanzas por ano, com o financiamento de 30 mil projectos.

A Kixicrédito descreve como desafiador o ambiente económico em que operou, marcado pelo fraco poder de compra, com maior realce para a camada populacional da base da pirâmide financeira, o que ponteeu sobremaneira o índice de desemprego, além da desvalorização da moeda e o aumento da inflação.

A companhia considera que é "significativo" o extracto populacional que dificilmente têm acesso quer à banca tradicional, havendo a necessidade de que, pela via do sector de microfinanças, tenham acesso a produtos ' directamente vinculados à inclusão social.

Nos 18 anos pelos quais opera, a instituição afirma ter contribuído para a regulação da venda informal, com os últimos desenvolvimentos a ligarem a Kixicrédito ao Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), aderindo a uma linha de financiamento dedicada para o sector produtivo e escoamento que vai financiar perto de seis projectos depois de formalizados.

Foram disponibilizados produtos KixiAgropesca em todo território nacional, um exercício que se enquadra na aceleração do processo de diversificação da economia, bem como estabelecidas operações a favor do Programa de Apoio ao Micro-empendedorismo (PAME), implementado com objectivo de fomentar o emprego mediante o financiamento de startups.

O projecto, que é desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP) e a união Europeia, teve

inicio em 2022 como projecto-piloto, devendo ficar concluído em Março de 2024.

Até agora, o projecto permitiu financiar 230 projectos. aos quais resultaram na criação de 715 empregos directos e uma taxa de sucesso de 92 por cento.

A KixiCrédito é uma Sociedade de Microcrédito, a primeira a ser licenciada pelo Banco Nacional de Angola (BNA), em 2008.

A sua actividade consiste em conceder crédito a micro e pequenos empreendedores, com a finalidade de contribuir para o crescimento dos seus negócios e consequentemente a melhoria da qualidade de vida das suas famílias.

Tem ainda como finalidade apoiar Mulheres e Homens que têm empreendimentos através da concessão de crédito, de formas a contribuir para a sustentabilidade do bem-estar das suas famílias e a redução da pobreza da população angolana."

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Governador de Luanda mantém encontro com mototaxistas

Jornal de Angola

5 De Setembro de 2023

Texto: Avelino Umba

O Governo de Luanda realizou, quarta-feira, o 1º Encontro Provincial com os representantes das organizações de mototaxistas de todos os nove municípios da capital, com o objectivo de informar sobre as melhorias a serem implementadas em matéria de viação e ordenamento do trânsito

A reunião, realizada no Marco Histórico do Kifangondo, em Cacuaco, contou com a presença de todos administradores municipais e seus adjuntos, efectivos da Polícia Nacional e membros da sociedade civil.

No acto, Manuel Homem reconheceu a importância da actividade de mototáxi, razão pela qual tem levado a cabo encontros regulares com as associações do ramo, de forma a encontrar as melhores soluções para o exercício da actividade sem criar constrangimentos no trânsito.

"Este encontro alargado que estamos a promover tem como objectivo fundamental transmitir a perspectiva estratégica do Governo de Luanda, de maneira a criar uma melhor relação entre a actividade de mototáxi e a necessidade de continuarmos a garantir que esta seja exercida com segurança", disse.

Para o governador, o lema da Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola (Amotrang) de "Trilhar as estradas de Angola sem sangue" deve ser um guia para os vários profissionais do sector.

O Governo Provincial de Luanda (GPL), sublinhou, tem interesse em garantir que a actividade de mototáxi tenha acção nos diferentes municípios, mas de forma organizada, criando condições para que os jovens a possam realizar, não só como meio de subsistência para as famílias, mas também um contributo para o desenvolvimento do país. O GPL, continuou, pretende, de forma efectiva, dignificar o serviço de mototáxi. O Governo de Luanda, realçou, tem trabalhado, de forma articulada, com a Amotrang e outros departamentos ministeriais na

implementação da carteira profissional, para que a actividade seja devidamente credenciada em Luanda.

"Para pôr cobro e minimizar o índice de sinistralidade rodoviária, sobretudo envolvendo mototaxistas, o Governo de Luanda está a trabalhar no Programa de Reordenamento de Trânsito (PAT), que prevê a formação de condutores, fiscalização de veículos, melhoria das vias, reforço da sinalização horizontal e vertical, promoção de segurança e cultura rodoviária", informou.

Mototaxistas reafirmam compromisso

Durante o encontro, os mototaxistas reafirmaram o compromisso de trabalhar com o GPL, para evitar, ao máximo, possíveis acidentes e ao mesmo tempo contribuir na locomoção de pessoas.

O presidente da Amotrang, Bento Rafael, disse que estão preocupados com o aumento dos acidentes de viação envolvendo mototaxistas. "Saímos confiantes da reunião, pois o governador comprometeu-se a corrigir alguns equívocos, assim como a reordenar o trânsito na província de Luanda. É uma forma de ver uma redução nos níveis de sinistralidade na província", realçou.

Na ocasião, foram entregues materiais de protecção aos representantes dos motoqueiros de todos municípios de Luanda, como capacetes e coletes.

3.2 Circulação de camiões e mototáxis sujeita a novas normas em Luanda

Jornal de Angola

6 De Setembro de 2023

Texto: André dos Anjos

O Governo Provincial de Luanda anunciou, terça-feira, em conferência de imprensa, um pacote de medidas tendente a melhorar o trânsito automóvel na capital do país, que prevê restrições no horário de circulação de veículos pesados de mercadoria e no acesso de mototáxis a determinadas vias.

Consubstanciadas em posturas (regulamentos locais com força de lei na circunscrição), em relação a veículos pesados, o pacote remete para o cumprimento obrigatório do Decreto Presidencial 160/10, de 30 de Julho e o Decreto 10/89 de 22 de Abril, que estabelecem o licenciamento de transportes de mercadorias.

Em relação ao horário para a circulação de veículos pesados de mercadoria, a postura estabelece o período que vai das 21 às 5 horas da manhã de segunda a sexta-feira e das 12 às 5 horas de sábado e domingo.

De acordo com o documento, a veículos de mercadoria com peso bruto superior a 3,5 toneladas e altura e a quatro metros é interdito o estacionamento nas avenidas Deolinda Rodrigues, Hoji-ya-Henda, NgolaKiluanji, 21 de Janeiro, 4 de Fevereiro, ruas Dr. Agostinho Neto, da Samba, dos Quarteis, LuejiAnkonda, avenida Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", rua dos Comandos, 5^a, 6^a e 7^a avenidas, avenidas Ho-Chi-Mim, Revolução de Outubro, ruas NgolaMbandi, da Brigada, do Senado da Câmara, Olímpio Macueria, Lino Amezanga, Machado Saldanha, Travessa do Gamek, avenida Fidel de Castro Ruz (via expressa) e rua KimaKienda (estrada Petrangol).

O Governo Provincial de Luanda justifica a medida com a necessidade de "estancar os inúmeros problemas que a presença de veículos pesados de mercadoria causa às vias de acesso aos principais eixos viários, sobretudo nas horas de ponta".

Ainda de acordo com o documento, as operações de carga e descarga de mercadoria deverá ser feita das 21 às 5 horas da manhã, carecendo as exceções à autorização prévia do Governo Provincial, quer no que toca a horários de manuseio de produtos, quer no que se refere ao período de circulação de viaturas.

Mototáxis só em ruas secundárias e terciárias

Sobre os motociclos, triciclos e quadriciclos, alguns dos quais envolvidos em actividades de transporte de pessoas e mercadorias, o Governo Provincial de Luanda proíbe a sua circulação nas principais artérias da cidade.

A nível do município de Luanda, a interdição abrange as avenidas 4 de Fevereiro, 21 de Janeiro, Revolução de Outubro, Deolinda Rodrigues, Sagrada Esperança, Hoji-ya-Henda, Dr. António Agostinho Neto, Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", ruas Ndunduma, Cónego Manuel das Neves, Sagrada Esperança, NgolaKiluange e KimaKienda.

Em Cacucaco, a proibição cobre os troços das estradas nacionais que atravessam o município, nomeadamente as partes da EN 100 que vão do desvio da Cimangola ao controlo do Kifangondo, do Kifangondo ao Sabadão (Caop) e do NgolaKilunje ao ponto de intercepção da mesma estrada.

A interdição estende-se a toda a extensão do troço da Estrada Nacional 230 que atravessa o município até

às avenidas Fidel Castro Ruz e do Sequele, abrangendo, também, o percurso da ruasNgolaKiluanji que leva à intercepção da EN 100.

Em Viana, é vedado o acesso de mototáxis em toda a extensão do troço da Estrada Nacional 2030, que atravessa o município, nas avenidas Fidel Castro Ruz e Sérgio LutherRescova, assim como nas ruas direita do Zango-Calumbo e 11 de Novembro.

Interditas a moto-táxis no Talatona estão a Estrada Nacional 100, a da Ponte Molhada e a que conduz ao Camama. A proibição estende-se às avenidas Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", SérgioLutherRescova, Fidel Castro e às ruas do MAT, UlengoCenter, Kikagil e o troço que liga o Viaduto da Curimba ao nó rodoviário da UGP.

No município do Cazenga, o perímetro proibido inclui as 5^a e 7^a avenidas, as ruas Ngola Kiluange, da Fiaco e dos Comandos, ao passo que no Belas a interdição circunscreve-se às ruas Fidel de Castro Ruz e às centralidades do Kilamba e KK 5000.

No Kilamba Kiaxi, aos moto-táxis é vedado acesso às avenidas Sérgio LutherRescova, Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", interior do Nova Vida, estrada principal do Camama, ruas Dr^a Ana Paula dos Santos, 17 de Setembro, 28 de Agosto, Olímpio Macueria, Machado Saldanha e SérgioLutherRescova.

Isentos das medidas estão os municípios de Quiçama e Icolo e Bengo, que passaram a integrar a província de Luanda, em 2011, no âmbito da reforma administrativa e territorial.

3.3 Mercados informais com preços mais acessíveis na venda de material escolar

Jornal de Angola

6 De Setembro de 2023

Texto: Tatiana Marta | Huambo

No Huambo, os preços do material escolar, cuja procura aumentou nos últimos dias, com o arranque do ano lectivo, estão mais acessíveis nos mercados informais do que nas livrarias e lojas da cidade, constatou o Jornal de Angola.

Os mercados da Quissala, vulgo Alemanha, Ferro, Capango e do Cambiote são os mais procurados por pais e encarregados de educação, que alegam encontrar aí preços mais acessíveis.

Nestes mercados, encontra-se de tudo um pouco. Desde cadernos, livros, lápis de cor, lapiseiras, batas

escolares e mochilas. O movimento em torno da aquisição dos materiais escolares nestes dias é intenso.

Estevão Salvador Catava, gerente da livraria Flofil, localizada nos arredores da cidade e que regista também um grande movimento, disse que desde o mês de Agosto que os pais fazem compras de material e que muitos compram o mais caro que existe.

Informou que alguns encarregados de educação fizeram as compras de material no fim do ano lectivo passado. Não obstante a isso, a grande maioria costuma deixar tudo para a última hora. "Em relação ao ano passado, este ano o material escolar está a ser mais comercializado", reconheceu Estevão Catava.

Ali Barada, vendedor e dono das lojas Princesas Cinderela, situada nos arredores da Rua 5 de Outubro, disse que tem o seu estabelecimento apetrechado já há cinco meses, com material escolar, devido à grande procura que ocorre no arranque do ano lectivo.

Libanês de nacionalidade, Ali Barada explicou que a alta de preços se deve ao facto de o material ser adquirido em Luanda e Benguela, pelo que se tem de pagar o transporte, os impostos, o arrendamento do estabelecimento e os outros encargos.

Pesquisar preços em vários estabelecimentos

Azinavone Sambototo, encarregado de educação, disse que não faz compra do material só por fazer e que opta, antes demais, por pesquisar preços em vários estabelecimentos. "Nem sempre o que custa menos tem valor inferior e em contrapartida o que é mais caro às vezes não tem qualidade", justificou.

Já Chimuma Ngobacasse, com seis filhos a estudarem nas classes que vão da 1^a a 12^a, disse ter optado por comprar aquilo que considera prioritário para esta fase. Apontou, a esse respeito, os cadernos, livros, lápis de cor, compasso, régua e outros materiais indispensáveis. Contudo, lamentou o elevado custo do preço destes materiais.

Agostinho Sequesseque, por seu turno, disse que preferiu adquirir os materiais escolares dos filhos muito mais cedo, por causa dos transtornos que ocorreram na fase que antecede o início das aulas.

"Nunca gostei de comprar as coisas à última hora nem esperar que a escola ofereça os livros, porque no ano passado só deram os de Língua Portuguesa e Estudo do Meio. Por isso, por precaução, comprei em antecipação, porque a escola pode falhar na

distribuição dos livros gratuitos. Não quero ser apanhado de surpresa", disse.

Ngueve Cinco-Reis, encarregada de educação de 12 netos, afirmou que os preços no mercado informal são mais acessíveis do que nas livrarias e lojas da cidade. A anciã comprou o volume de nove cadernos a 3.800 kwanzas cada, enquanto nas lojas custava 4.800.

Venda de batas

O vendedor de batas escolares Miguel Cassinda disse que os preços dependem do tamanho e, por isso, variam de 1.500 a 5.000 kwanzas cada. Apelou aos encarregados de educação a adquirirem o material escolar de forma atempada, para que os filhos tenham tudo pronto ao irem à escola.

Outra encarregada de educação, Esmeralda Lupassa, adquiriu as batas para os seus filhos a preços que variam entre 2.500 e 11 mil kwanzas. Já em relação aos livros, disse ter comprado no valor de 12.600 kwanzas cada um da 8^a classe, e a 2.800 os da 2^a classe.

Preços praticados nos mercados informais

Rosalina Nojamba, vendedora há cinco anos, explicou que o material escolar subiu muito de preço e está complicado revender. Disse, a título de exemplo, que uma resma de caderno que no ano passado vendeu a 2.500 kwanzas este ano está a custar 4.400.

A caixa de 12 resmas de papel, que facturava a 28 mil kwanzas, hoje compra a 45 mil, enquanto que a caixinha de 50 esferográficas que comprava a 1.000 actualmente está a 2.000 kwanzas. O lápis de cor está a 2.200 contra os 1.500 anteriores.

Verónica Gonçalves, por sua vez, afirma que os materiais mais procurados são os livros, cadernos e batas. "Na verdade, são poucos os que procuram por pastas e outros materiais escolares, porque alegam que os filhos voltam a utilizar os mesmos dos anos anteriores, para reduzir os gastos", referiu.

Pesquisa de preços

A estudante do curso de Ciências Físicas e Biológicas, Graciana Jaime, de 17 anos, foi ao mercado da Quissala (Alemanha) fazer uma pesquisa dos preços para levar aos pais.

"Por causa do aumento dos preços do material, os meus pais mandaram-me tirar o preço de tudo que vou precisar este ano lectivo. Quando receberem o

salário, dão-me o dinheiro e eu compro tudo”, disse a jovem estudante.

Graciana acrescentou que "a maioria dos encarregados de educação diz que é importante comprar os materiais o quanto antes, porque os preços, por norma, sobem perto do início do ano lectivo e nos primeiros dias de aulas.

Quem também foi fazer pesquisa de preços foi Maria Filomena, estudante da 13ª classe. Informou que este ano não vai precisar de muitos livros, porque o trabalho incide mais na investigação, com recurso a fascículos distribuídos pelos professores. No seu entender, a forma de estar descansado é comprar o material com um ou dois meses de antecedência.

Vendedoras ambulantes

As vendedoras ambulantes também são uma opção para muitos pais e encarregados de educação, neste período. Na zunga há de tudo um pouco e quem compra muito material beneficia de uma boa redução no preço, se-gundo a vendedora Odília Tchilombo, que vende material escolar desde o ano 2000.

Os cadernos mais procurados, acrescentou, são os que têm personagens como Hello Kitty, Ben 10, Homem Aranha e Hanna Montana. Um conjunto de seis cadernos custa 1.750 kwanzas.

"O que tenho visto desde que comecei a vender estes materiais é que os pais também se empolgam com estes produtos especiais. Parece que voltam à infância. Muitas vezes os ouvimos dizer que não querem que os filhos passem as mesmas dificuldades por que passaram”, relatou.

Raissa Benzy, vendedora de nacionalidade congoleza, que trabalha no mercado da Quissala, disse que compra cadernos, lápis de cor, régua, lapiseiras e estojos em Luanda, nas lojas do São Paulo e na praça do Kicolo, a um preço acessível para revender no Huambo. Por isso, também pratica preços mais baixos.

3.4 Moageiras artesanais em mercados informais dão sustento às famílias

Jornal Economia e Finanças

15 De Setembro de 2023

Texto: Yola do Carmo

Negócio de pequenas indústrias de moagens tem ganhado fôlego nos últimos anos nas zonas periféricas de Luanda.

Viradas na transformação do milho em grão e da mandioca seca (bombó) em fuba, estas unidades produtivas podem ser encontradas em diferentes pontos da capital com maior incidência nos mercados informais.

Além de proporcionar rendimentos aos proprietários, o negócio tem gerado centenas de empregos, e muitos jovens encontram nestes pequenos centros de produção uma fonte de receitas para suprir as necessidades das suas famílias.

1) procura dos serviços de moagem tem sido recorrente, pois a sua massa, ou seja, o funge de bombó ou de milho, constituem o alimento principal de muitos agregados em toda as províncias do país.

Numa ronda efectuada pelo Jornal de Economia em alguns mercados informais da capital, podia-se notar a presença de cinco a 10 moageiras artesanais.

Por exemplo, no mercado do Catinton, no Morro Bento, município da Samba, registamos várias moageiras, num total de 10 unidades.

No local, falamos com Salvador André, proprietário de uma das moageiras de dois cilindros, que no momento prestava serviço de trituração do bombó em fuba. "Esta máquina é a mais potente, possui dois cilindros, diferente das outras que possuem apenas um", gabou-se.

Referiu que emprega quatro pessoas, número considerado suficiente para responder o fluxo de clientes que solicita os serviços.

Os trabalhadores das moageiras, são na sua maioria, jovens cujas idades rondam dos 17 aos 21 anos. Algo curioso nessas pequenas unidades é que cada um exerce uma função específica.

Por exemplo, enquanto dois se ocupavam da pesagem dos produtos para serem transformados, outros dedicavam-se no manuseio da máquina que tritura o milho ou o bombó.

3.5 Preço dos serviços

Jornal Economia e Finanças

15 De Setembro de 2023

Por cada balde de cinco quilogramas de milho em grão ou de bombó, o cliente paga 200 kwanzas.

Segundo Salvador André, o trabalho começa às seis horas da manhã e termina até o atendimento do último cliente. "Só temos hora de começar", disse Salvador André.

Assegurou que diariamente, facturam uma média de oito mil kwanzas, de segunda a sábado, pois o domingo é para descansar e realizar outras actividades em casa.

No que se refere ao pagamento dos trabalhadores, Salvador André disse que o processo assemelha-se com o dos taxistas. "De segunda a sexta-feira todo o dinheiro que se trabalha vai para o bolso do patrão e o de sábado é para os trabalhadores", disse.

Acrescentou que nem sempre se consegue o lucro semanal, "pois há aqueles dias considerados de bons e os tido como de baixa facturação".

"Às vezes conseguimos apenas cinco mil kwanzas por dia. Mesmo assim, não nos frustramos, pois o proprietário entende esses "sobe e desce" do negócio", disse um dos funcionários.

Ao lado do Salvador, estava uma moageira do Jojó Da Banda. O som insurdecador da sua em estado obsoleto tomava conta do recinto.

A máquina lançava a fuba na atmosfera constantemente, enquanto o pó envolvia a todos.

Ao contrário de Salvador André, Jojó tem cinco moageiras de seis cilindros cada e por isso, tem maior número de empregados num total de 17. Conta que em cinco dias, factura uma média de 122 mil kwanzas e no final do mês pode facturar 460 mil kwanzas.

Disputa por clintes

Já na moagem do Kota Gongas, o negócio não próspera como nas outras. O fracasso é atribuído ao estado obsoleto da máquina. Por isso, a sua facturação oscila entre cinco a oito mil Kwanzas por dia.

Em função disso, Kota Gongas teve que dispensar três empregados que se juntaram à moageira do seu vizinha Jojó.

Disse que tem perspectivas de adquirir uma nova. E para isso, terá de desembolsar cerca de 350 a 600 mil kwanzas, dependendo da cilindragem.

Já no distrito do Zango, no mercado do Ngangula, rua direita das moagens existem também algumas pequenas unidades industriais. Neste local os preços são um pouco mais puxados em relação ao mercado do Catinton. Por cada cinco quilos de mi lho ou de bombó transformado, paga-se 250 Kwanzas.

Dudo Panzo é dono de uma das máquinas. Disse que pratica metes preços por não haver concorrência no

recinto, e sobretudo por causa do aumento dos preços das peças de reposição no mercado.

"Quando a maquina está boa o desempenho também é satisfatório e produz boa qualidade de fuba, por isso fazemos sempre a manutenção e a reposição das peças", justificou.

Disse por outro lado, que os clientes exigem qualidade do produto. "Se a f sair grossa os clientes fogem e ficam sem eles, por isso, preferimos subir um pouco os preços para garantir a qualidade desejada", disse.

Argumentou que, apesar de o recinto continuar a registar o mesmo fluxo de clientes, algumas moageiras do mercado do Ngangula, baixaram os preços, como consequência do aumento do número de unidades naquela circunscrição.

Anteriormente o que cobravam 2.000 Kwanzas para cada 50 quilos de bombo, passaram agora a pedir 1.200 a 1.500 Kwanzas, enquanto os que pediam de 1.000 cobram agora 800.

Praticando estes preços, segundo dizem, a facturação dificilmente ultrapassa o 50 mil kwanza dia.

3.6 Luanda controla 50 técnicos do PREI

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2023

O processo do PREI em Luanda conta com 50 brigadistas preparados para formar agentes comerciais em matéria de reconversão da economia informal para formal.

Em declarações à imprensa, a responsável das brigadas na província de Luanda, Elisabete dos Santos, disse que a loja do PREI, instalada no mercado do São Paulo, atende, diariamente, cerca de 30 operadores económicos.

Para atender a demanda, a loja conta com oito brigadistas e uma sala de formação para apoiar os comerciantes já beneficiados.

Elisabete dos Santos disse que muitos vendedores deslocam-se à loja do PREI para tratar o Número de Identificação Fiscal (NIF), e também fazer inscrição no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Um dos maiores constrangimentos prende-se com a falta de documentação de alguns agentes económicos, nomeadamente o Bilhete de Identificação.

Com o novo paradigma do PREI, Elisabete dos Santos disse que estes constrangimentos serão debelados, fruto do trabalho que as brigadas têm desenvolvido no processo de organização.

"Para a segunda fase, foi criada uma estratégia que passa por sensibilizar os agentes comerciais, explicando sobre o PREI", apontou.

3.7 Programa de Reconversão da Economia Informal finaliza infra-estrutura de apoio

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2023

Texto: Ana Paulo

As obras da primeira infra-estrutura do Serviço Integrado de Reconversão da Economia Informal (SIREI), que estão a ser construídas no mercado do Catinton, em Luanda, encontram-se praticamente concluídas, com a previsão da sua inauguração ainda este ano.

O projecto que teve início em Junho de 2022, com o lançamento da primeira pedra, compreende um edifício multifacetado que vai garantir condições higieno-sanitárias e albergar os serviços integrados do Guiché Único da Empresa (GUE), do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

Considerado como projecto-piloto do PREI, vão se também desenvolvidos serviços sociais, nomeadamente, posto médico, creche para os filhos das vendedoras e cozinha comunitária, que será abastecida com os produtos adquiridos do próprio mercado do Catinton, uma forma de apoiar, também, o escoamento da produção nacional.

O projecto vai, igualmente, albergar serviços de alfabetização para os vendedores do mercado e salas de aula para os dependentes dos operadores económicos formalizados.

Visita de constatação

Para constatar "in loco" o andamento das obras, uma comitiva composta por representantes ministeriais, associações empresariais e entidades internacionais (Brasil e Cabo Verde) parceiras do Governo visitaram, ontem, o empreendimento.

Na ocasião, o presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM),

João Nkansi, que chefiou a delegação, disse à imprensa que estão a ser criadas as condições para a entrada em funcionamento do empreendimento.

Segundo João Nkansi, a estratégia que a Comissão Multisectorial do Programa de Reconversão da Economia Informal tem levado a cabo e procura adoptar, é levar o SIREI em todos os locais onde existem mercados, desde as comunas, municípios a nível das 18 províncias do país.

Em todas as regiões do país, reforçou João Nkansi, estão previstos, para este ano, a criação e instalação de lojas permanentes, sendo que já decorre o processo de localização dos espaços para albergar as infra-estruturas.

"Alguns governos provinciais e municipais já estão a identificar os locais onde serão erguidas as obras do género, visando evitar que os operadores económicos de outros municípios se desloquem para as outras zonas vizinhas, na busca da formalização do seu negócio", frisou.

Antes de visitar as obras da infra-estrutura do Catinton, a delegação visitou a loja do PREI, localizada no Mercado de São Paulo, no Sambizanga, em Luanda.

Sustentabilidade

Com a finalização do SIREI, os operadores económicos que actuam no mercado do Catinton e zonas adjacentes, que aderiram ao Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) vão poder concluir o processo de acesso ao micro-crédito.

João Nkansi esclareceu que, na primeira fase do processo, o projecto concedeu crédito a 2.000 micro-operadores, deixando de forma vários operadores.

Com vista a dar resposta à elevada procura, a Comissão Multisectorial do PREI reforçou a segunda fase, com os serviços ligados ao Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) a nível dos mercados informais, no sentido de identificar os operadores formalizados que ainda não beneficiaram do crédito.

João Nkansi disse que, neste momento, decorre o processo de cadastramento, tendo já atingido 5.000 operadores que receberam o micro-crédito.

O mercado do Catinton e outros adjacentes contam com aproximadamente 5.700 vendedores.

Segundo o administrador do mercado do Catinton, Domingos António, estão controlados 420

vendedores que adoptaram o PREI, "mas que ainda não beneficiaram do micro-crédito".

3.8 Vendedores satisfeitos com o processo

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2023

No mercado do Catinton, o Jornal de Angola constatou a presença de muitos vendedores que beneficiaram da primeira fase do PREI.

Uma das beneficiárias, é a vendedora Susana Dias, que aguarda pelo microcrédito para aumentar o seu negócio.

Comerciante do São Paulo há 14 anos, Susana Dias dedica-se à venda de peixe seco. Segundo a cidadã, quando a loja do SIREI abrir vai pedir um milhão de kwanzas, para poder alavancar o negócio, que carece de financiamento.

"Tive um baixo lucro, e para erguer o negócio, preciso de um empréstimo", frisou

Por sua vez, o vendedor Artur Enoque, de 50 anos, é comerciante de calçados há 30 anos, e foi um dos beneficiários do PREI, tendo adquirido uma formação de empreendedorismo de duas semanas, promovido pelo INAPEM.

"Estou muito satisfeito pela iniciativa, conclui com êxito a formação, e já recebi o certificado, agora estou habilitado para beneficiar de outros serviços".

3.9 Governo reforça fiscalização da captura ilegal de pescado

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2023

Texto: João Upale

A ministra das Pescas e Recursos Marinhos, Cármen do Sacramento Neto, anunciou, quarta-feira, em Moçâmedes (Namibe), um controlo internacional sobre as capturas que deve levar o Governo a adoptar medidas internas para evitar que Angola seja colocada numa lista dos países com pesca ilegal, não regulamentada e não declarada.

Cármen do Sacramento Neto falava num encontro com as associações, empresas e outros operadores de pesca do Namibe, alertando que caso for incluído em semelhante lista, o país pode ser instado a deixar de exportar produtos pesqueiros.

Nessa perspectiva, a governante anunciou a intensificação da actividade do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira, além da construção de portos pesqueiros e o melhoramento dos dois existentes (atribuídos à Pescangol), no quadro de acções estabelecidas pelo Ministério das Pescas e Recursos Marinhos para conformar as operações às melhores práticas.

As acções de pendor organizativos agrupam as províncias por uma escala de importância na captura e desembarque, o que inclui Luanda, Benguela, Namibe e em menor escala o Porto Amboim, e visam melhorar o ambiente de negócios.

Isso requer a identificação de empresas e empresários que cumpram o seu papel, sendo-lhes concedidos instrumentos para que possam ser encarados como os membros da comunidade pesqueira habilitados ao financiamento bancário auspiciado pelos mecanismos institucionais de financiamento.

A fiscalização, disse a ministra para descrever o processo, é civil e não paramilitar, sendo exercida a nível nacional, devendo ser liderada por uma comissão multisectorial regional baseada, sobretudo, na capacidade de os quadros do sector trabalharem nos estritos e nos marcos da lei.

Pesca ilegal

Os armadores de pesca do Namibe reafirmaram as denúncias de uma continuada actividade ilegal nos mares da província sobre espécies proibidas por lei. O sócio-gerente da empresa pesqueira Maripisca, Mário Faria, apontou operadores eritreus, vietnamitas e chineses como os principais protagonistas destas infracções, embora tenha destacado, também, as medidas de gestão decretadas pela Presidência da República.

Citou um decreto a interditar a pesca artesanal aos estrangeiros, mas "vemos ultimamente na nossa província, os chamados 'rapas', eritreus, vietnamitas, chineses e de outras nacionalidades, metidos na actividade de pesca artesanal", indicou, acrescentando que as embarcações de rapa operam a partir das 22 horas. "Há muita gente estrangeira a fazer dinheiro aqui ao invés de este capital entrar para nós", disse.

O presidente da Associação de Cooperativas de Pesca Artesanal, José Vata, preocupado com grande número de embarcações que se furtam a pagar os rolos de matrícula, licença de pesca e impostos, apelou ao reforço da fiscalização, por entender que a pesca de arrasto, designada banda-banda, "está a dizimar o peixe miúdo nas áreas de reprodução".

A associação propôs ao Ministério das Pescas e dos Recursos Marinhos a elaboração de um regulamento da pesca artesanal, que sirva para estabelecer balizas para esta categoria da pesca e evitar a entrada e saída das embarcações sem autorização das autoridades governamentais da província.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 ONG sugere gradualismo autárquico para Angola visando acelerar processo

Novo Jornal
8 De Setembro de 2023

A Representação da organização não-governamental (ONG) Democracy Work Fundation em Angola (DWF), com sede na África do Sul, atenta a situação socioeconómica das famílias angolanas, apela aos actores políticos ligados ao Governo e a oposição para acelerarem o processo de institucionalização das autarquias, visando contornar algumas situações sociais que muito facilmente poderiam ser resolvidas pelas autarquias, face proximidade entre o governante e os governados.

A posição dessa 'importante' entidade cívica da região austral foi transmitida em exclusivo ao NJ pelo seu director em Angola, Augusto Santana, para quem as autarquias devem ser realizadas, nem que seja de forma gradual, e pede a flexibilização entre as partes interessadas.

Entre outras coisas, o também especialista em assuntos eleitorais lembrou que, se as autarquias fossem implementadas no ano em que se concebeu a lei, ainda que fosse em apenas algumas das circunscrições, "ate a data presente, de acordo com a lei, a institucionalização já seria geral".

"Repara que, se tivéssemos começado na altura em que se falou em gradualismo, a [regra determina] de 10 anos, depois tinha de se fazer no País todo, e essa discussão já leva mais de 10 anos", lamentou.

Augusto Santana admitiu que a concepção do poder local é oneroso, quer a nível da criação de infra-estruturas, quer a nível do processo eleitoral, mas sublinhou entender ser um sacrifício que acaba por beneficiar a maioria da população.

A questão dos custos das autarquias também é um assunto que tem sido levantado pelas autoridades, tendo o Presidente da República, João Lourenço, criado, em 2022, a Comissão Interministerial para a Elaboração e implementação do plano Integrado de

institucionalização das Autarquias Locais, na sequência do processo de desconcentração e descentralização administrativa.

A necessidade de institucionalização das autarquias em Angola não é um propósito novo, já então Presidente da República, José Eduardo dos Santos (falecido em 2022), apregoava essa necessidade, tendo chegado a convocar o seu então Conselho da República, do qual, entre outras pessoas, fazia parte Isaias Samakuva, ex-líder do maior partido na oposição, que o aconselhou a tudo fazer para que as autarquias fossem uma realidade em 2014.

Entretanto, passados quase 10 anos, Angola continua sem implementar as autarquias, apesar de João Lourenço, Presidente saído das eleições de 2017, ter manifestado a intenção de ver implementado o poder local em 2020.

LEONEL ZAMBA

4.2 Orçamento do município absorve nove mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola
20 De Setembro de 2023
Texto: Isaque Lourenço

As administrações dos 164 municípios do país beneficiaram, até ao momento, de mais de nove mil milhões de kwanzas para apoiar 4.652 projectos.

O valor foi desembolsado no âmbito do orçamento do município, através do qual é entregue 25 milhões de kwanzas anuais para os programas elegidos pelo conselho de moradores de uma dada circunscrição.

De acordo com o ministro da Administração do Território, Dionísio Fonseca, ontem, em Luanda, existem, pelo país, 7.526 conselhos de moradores e 19.800 comissões de moradores.

"Por via dos fóruns de recolha de contribuições para a elaboração dos orçamentos das administrações municipais, os cidadãos podem seleccionar/escolher os projectos que devem ser implementados em cada um dos 164 municípios do nosso país", disse.

O orçamento do município é aquele que é gerido de forma directa pelos cidadãos, através de comités técnicos de gestão, escolhidos pelas comunidades, que escolhem os projectos e fiscalizam a sua execução, cabendo ao Estado a tarefa de disponibilizar apenas os valores.

Autarquias

O ministro Dionísio Fonseca reafirmou que a implantação das autarquias em Angola é irreversível e que este assunto continuará a merecer prioridade por parte do executivo angolano.

Na conferência "A União Europeia no Cenário Global e o seu Modelo de Democracia Participativa e Governança Local", o "chefe" do MAT incentivou os jovens e as academias a continuarem a estudar o tema do poder local, endossar contribuições ao Governo e a participarem de forma activa nas estruturas locais, actualmente existentes nos bairros e municípios.

No encontro de ontem, a abordagem centrou-se em torno do Projecto de Apoio à Sociedade Civil e à Administração Local em Angola (PASCAL), financiado pela União Europeia e tem como parceiro de implementação a Fundação Internacional e Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP) - Cooperação Espanhola e a CPVA.

O ministro apelou ainda para que os jovens e as academias estudem e conheçam a iniciativa PASCAL.

4.3 Cidadãos dão subsídios para execução do OGE

Jornal de Angola

26 De Setembro de 2023

Texto: Lourenço Bule

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2024 vai contemplar projectos escolhidos por cidadãos dos nove municípios da província do Cuando Cubango, revelou, em Menongue, o governador provincial.

José Martins, ao intervir num encontro com jovens da província, que visou a recolha de contribuições para a elaboração do OGE de 2024, disse que o Governo Provincial pretende que os municípios indiquem os projectos e acções a executar, para a melhoria da qualidade de vida da população.

O governador considerou ser necessário efectuar-se uma proposta do OGE para 2024 onde estejam espelhadas todas as preocupações e necessidades da juventude e da população em geral, uma vez que a materialização de vários projectos e acções depende, significativamente, da disponibilidade financeira.

"Precisamos colher ideias e sugestões dos cidadãos para a consolidação de um modelo de sociedade para a província do Cuando Cubango. Para o efeito, é necessário o envolvimento de todos na decisão das

prioridades, controlo da gestão da coisa pública, acompanhamento e fiscalização dos projectos", disse.

Salientou que encontros do género irão permitir que os próximos OGE tenham resultados concretos nas execuções políticas e financeiras, para que os problemas que afligem a população do Cuando Cubango sejam resolvidos gradualmente, atendendo as prioridades identificadas pelos beneficiários.

Projectos escolhidos

Jovens que participaram no encontro defendem que se dê prioridade a projectos e acções dos sectores da Saúde, Educação, Energia e Águas, Habitação, Desportos, Telecomunicações e Segurança e Ordem Públicas.

Defendem, também, o melhoramento do saneamento básico, de vias de comunicação e o financiamento de projectos que visam o fomento do autoemprego.

O município Abreu dos Santos disse que eventos do género devem ser realizados frequentemente para que os cidadãos possam dar mais contributo para a materialização de projectos e acções que visam alavancar o desenvolvimento do Cuando Cubango.

Segundo Abreu dos Santos, nos próximos OGE o Governo Provincial deveria incluir a conclusão das obras do Poló Universitário de Menongue, reabilitação do pavilhão gimnodesportivo, asfaltagem de vias secundárias, construção de mais unidades sanitárias, postos policiais, aumento de cursos na Universidade Cuito Cuanavale (UCC), entre outros projectos.

"Fomos contemplados com uma centralidade, mas, infelizmente, o número de apartamentos é insuficiente, o que causa insatisfação no seio da juventude", disse Abreu dos Santos.

Eunice Matias, outra participante ao encontro, acredita que a oportunidade concedida pelo governador do Cuando Cubango vai ajudar a fazer com que os principais problemas dos jovens e da população em geral possam ser resolvidos nos próximos tempos.

4.4 Destacado papel da Comunicação Social no processo do Orçamento Participativo

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2023

Texto: Nilza Massango

O secretário de Estado para as Autarquias Locais, Márcio Daniel, destacou, quarta-feira, em Luanda, o papel crucial da Comunicação Social no processo de auscultação às comunidades, sobre a recolha de contribuições para o Orçamento Participativo, em execução nos 164 municípios do país.

Márcio Daniel, que falava num encontro de partilha de conhecimentos sobre o Orçamento Participativo, dirigido a directores provinciais da Comunicação Social, adidos de imprensa e jornalistas, referiu sobre a importância da Comunicação Social na divulgação de todo o trabalho que está a ser desenvolvido em torno do processo, por acreditar que "aquilo que é feito e não comunicado, é como se não tivesse sido feito".

No encontro, promovido pelo Ministério da Administração do Território (MAT), que decorreu no Centro de Formação de Jornalistas (Cefojor), com a participação do secretário de Estado para a Comunicação Social, Nuno Caldas, o governante falou sobre o Fórum de Recolha de Contribuições para a Elaboração do OGE, nos 164 municípios do país, que decorre neste momento, com as fases de auscultação, de repriorização e aprovação final.

Para Márcio Daniel, é crucial que a Comunicação Social acompanhe esses momentos e que a única forma de efectivamente garantir que estas sessões aconteceram e que foram amplamente divulgadas, é através dessa intermediação.

"Acredito que poucos aqui sabiam que em 2021 esse exercício já tinha sido feito, e com organizações da sociedade civil de um alto nível de seriedade. Está nas mãos da Comunicação Social garantir que o exercício que está a ser feito agora, não fique como luz colocada debaixo da mesa", apelou.

Segundo o secretário de Estado para as Autarquias, o trabalho é no sentido de resgatar, também, a confiança dos cidadãos, de modo a participarem nos projectos e não se auto-excluírem e compreenderem que existe uma vontade autêntica do Governo.

Neste processo, acrescentou, o papel da Comunicação Social é fundamental para elaborar reportagens, bem com divulgar o que os municípios têm privilegiado ou priorizado para o orçamento.

"Não estamos à espera de reportagens sobre o que os administradores municipais pretendem que seja feito, porque isso direcciona o foco para o governante. Precisamos dos cidadãos, antes do Estado, das populações antes dos governantes, mais cidadania, menos política, menos partidarismo. A ideia do Orçamento Participativo é a participação do cidadão e, para resgatar isso, temos nos jornalistas uma peça chave", ressaltou.

Segundo Márcio Daniel, o objectivo é fazer um caminho que gere a confiança dos cidadãos no processo, tendo realçado também o facto de o Orçamento do Município estar a ser executado no país, desde 2019 e os primeiros recursos financeiros disponibilizados em 2020.

O governante fez referência sobre o Fórum de Prestação de Contas, que se pretende para 2024, o Desembolso com base na Performance, em 2024, que são recursos disponíveis através de um acordo de financiamento com o Banco Mundial (BM), que vão ser disponibilizados às administrações municipais, na medida em que essas preencherem um conjunto de requisitos como o engajamento do cidadão e outros.

Segundo Márcio Daniel, trata-se de um incentivo como outros que vão ser criados para que as administrações municipais incorporem o máximo possível de contribuições dos cidadãos.

"O OGE, quando for apresentado em Outubro na Assembleia Nacional, vai contar já com projectos que resultam dessa auscultação. Não será apenas um orçamento resultante da visão ideológica do partido que suporta o Governo, da decisão dos administradores municipais ou de um conjunto de colaboradores próximos. Será um orçamento com projectos que vieram da contribuição dos cidadãos", garantiu.

Comprometimento

Ao tecer algumas considerações no final do encontro, o secretário de Estado para a Comunicação Social, Nuno Caldas, reiterou o papel fundamental, crucial, insubstituível da Comunicação Social, no processo de modelação política, social, responsabilidade que tem na conciliação democrática, da proximidade dos cidadãos, e de conferir credibilidade e confiança aos cidadãos, olhando, sobretudo, os princípios do jornalismo, como a isenção e comunicar com verdade e responsabilidade.

"Temos dito, e muitas vezes, que a comunicação transforma, que governar é comunicar e comunicar é governar. Por este facto, nós estamos aqui para assumir esta nossa responsabilidade, para que se

possa efectivamente construir uma Nação postulada, sobretudo, numa governação de proximidade, de interacção, de diálogo, participação para cidadania e cidadania para a participação política, económica e social”, referiu.

4.5 “O que é o Orçamento participativo”?

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2023

O Orçamento Participativo divide-se em duas partes, nomeadamente, Orçamento dos Municípios e Orçamento Participativo da Administração Municipal.

Entende-se por Orçamento dos Municípios a verba inscrita no orçamento da Administração Municipal ou ente equiparado sobre a qual os municípios decidem, livremente, sobre os projectos a executar, bem como à respectiva gestão.

Considera-se Orçamento participativo da Administração Municipal ou ente equiparado, o orçamento cujo processo de elaboração e aprovação se desenvolve com a participação dos municípios.

A institucionalização do Orçamento Participativo visa, entre outros, os objectivos de envolver o município na definição das despesas municipais; promover uma gestão participada, democrática e partilhada dos recursos públicos; estimular o exercício efectivo da cidadania; instituir mecanismos de acompanhamento e controlo dos gastos públicos e estimular a participação do cidadão de forma inclusiva, propiciando que a administração pública actue de forma integrada, para a satisfação dos interesses da população.

Para a sua efectivação, compete à Administração Municipal convocar os municípios, através das Comissões e Conselhos de Moradores, para participar do processo do Orçamento Participativo, devendo os cidadãos, de forma individual ou em grupos organizados, apresentar propostas ao órgão competente da administração local.

Como funciona?

O Orçamento Participativo é um mecanismo governamental de democracia participativa, que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos de investimentos das Administrações Municipais para assuntos locais, através de processos de participação da comunidade. Os resultados costumam ser obras de infra-estruturas, saneamento e serviços para todas as regiões.

No Orçamento Participativo, o poder de decisão passa pela alta burocracia e de pessoas influentes para toda a sociedade. Isso reforça a vontade popular para a execução das políticas públicas. Outro benefício do Orçamento Participativo é a prestação de contas do Estado aos cidadãos.

O Orçamento Participativo reforça a transparência por meio da publicação de informações sobre orçamentos e pela prestação de contas das autoridades e dos administradores. Esses mecanismos geram confiança e melhoram a qualidade da governação, bem como contribuem para reduzir a corrupção e a má aplicação dos recursos públicos.

Os maiores benefícios são o desenvolvimento de uma cultura democrática, dentro da comunidade e fortalecimento da sociedade local, inclusive na criação de lideranças locais que representam a vontade das comunidades.

O Orçamento Participativo ocorre por meio de assembleias abertas e periódicas, que incluem etapas de negociação directa com o Governo. Depois, as deliberações nas assembleias são consideradas na elaboração da proposta orçamental, que será enviada para a administração municipal.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 ONG sugere gradualismo autárquico para Angola visando acelerar processo

Novo Jornal

8 De Setembro de 2023

A Representação da organização não-governamental (ONG) Democracy Work Fundation em Angola (DWF), com sede na África do Sul, atenta a situação socioeconómica das famílias angolanas, apela aos actores políticos ligados ao Governo e a oposição para acelerarem o processo de institucionalização das autarquias, visando contornar algumas situações sociais que muito facilmente poderiam ser resolvidas pelas autarquias, face proximidade entre o governante e os governados.

A posição dessa 'importante' entidade cívica da região austral foi transmitida em exclusivo ao NJ pelo seu director em Angola, Augusto Santana, para quem as autarquias devem ser realizadas, nem que seja de forma gradual, e pede a flexibilização entre as partes interessadas.

Entre outras coisas, o também especialista em assuntos eleitorais lembrou que, se as autarquias fossem implementadas no ano em que se concebeu a lei, ainda que fosse em apenas algumas das circunscrições, "até a data presente, de acordo com a lei, a institucionalização já seria geral".

"Repara que, se tivéssemos começado na altura em que se falou em gradualismo, a [regra determina] de 10 anos, depois tinha de se fazer no País todo, e essa discussão já leva mais de 10 anos", lamentou.

Augusto Santana admitiu que a concepção do poder local é onerosa, quer a nível da criação de infra-estruturas, quer a nível do processo eleitoral, mas sublinhou entender ser um sacrifício que acaba por beneficiar a maioria da população.

A questão dos custos das autarquias também é um assunto que tem sido levantado pelas autoridades, tendo o Presidente da República, João Lourenço, criado, em 2022, a Comissão Interministerial para a Elaboração e implementação do plano Integrado de institucionalização das Autarquias Locais, na

sequência do processo de desconcentração e descentralização administrativa.

A necessidade de institucionalização das autarquias em Angola não é um propósito novo, já então Presidente da República, José Eduardo dos Santos (falecido em 2022), apregoava essa necessidade, tendo chegado a convocar o seu então Conselho da República, do qual, entre outras pessoas, fazia parte Isaias Samakuva, ex-líder do maior partido na oposição, que o aconselhou a tudo fazer para que as autarquias fossem uma realidade em 2014.

Entretanto, passados quase 10 anos, Angola continua sem implementar as autarquias, apesar de João Lourenço, Presidente saído das eleições de 2017, ter manifestado a intenção de ver implementado o poder local em 2020.

LEONEL ZAMBA

5.2 ADRA diz que autarquias não devem ser consideradas zonas de disputas partidárias

Jornal de Angola

14 De Setembro de 2023

Texto: António Gaspar

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) considera que as autarquias locais "não devem ser encaradas como competição de poder partidário", mas "uma manifestação de soberania nos municípios".

Num relatório final das actividades que decorreram recentemente na província do Cunene, no âmbito do Programa de Cidadania, Advocacia Social e Influência de Políticas Públicas, a ADRA explicou que as autarquias são o garante de proximidade dos dirigentes com os municípios, reagrupamento dos cidadãos em função dos interesses para criar "sentimento de pertença à comunidade".

O documento descreveu igualmente que o processo, uma vez institucionalizado, vai acarretar, necessariamente, mudança qualitativa na política nacional, bem como permitirá a passagem de um Governo centralizado para uma governação local, descentralizada e escrutinada.

"As autarquias locais são um reforço da implementação da democracia representativa e participativa, com consequências positivas no território nacional", lê-se na escritura da ADRA, que

reflecte o processo de institucionalização das autarquias locais no país.

Mediante esses aspectos, a organização, que procura contribuir para o desenvolvimento rural democrático e sustentável, social e ambiental, sublinhou que adiar a implementação das autarquias locais pressupõe "atrasar" o desenvolvimento, pois o "modelo de governação centrado demonstra que não tem facilitado o sucesso na execução de políticas públicas".

Para reafirmar essa posição, a ADRA salientou, na sua declaração escrita, a experiência de Moçambique, no que diz respeito à implantação e funcionamento de autarquias locais, onde demonstra conjunturas que o país pode evitar no sentido de impulsionar o desenvolvimento dos municípios.

Face ao crescimento territorial, frisou, a título de exemplo, que o pleito vai assegurar a alocação de recursos financeiros da estrutura central para as autarquias locais em quantidade e em tempo útil, independentemente do partido que tenha vencido as eleições autárquicas.

"O Governo deverá evitar morosidades na transferência de recursos financeiros da estrutura central para as autarquias locais. A falta desse procedimento tem condicionado a execução de políticas públicas de incidência local", atirou.

Espaço de reflexão sobre as autarquias

A ADRA pretende que outras organizações da sociedade civil do país promovam espaços de reflexão sobre o processo autárquico, assim como determinados temas de interesse local.

Além disso, a organização quer que sejam ainda estudadas e socializadas experiências de outros países sobre a realização e funcionamento do poder local, como, por exemplo, da Namíbia.

"As organizações da sociedade civil e outros actores sociais têm a obrigação de apelar à Assembleia Nacional à aprovação da lei sobre a institucionalização das autarquias locais no país", diz a escritura.

Por último, solicita que nos próximos debates sobre o processo se centre na questão da convivência entre os três entes do Poder Local, nomeadamente instituições do poder tradicional, autarquias locais e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos.

5.3 MAT avalia condições para elevação de Mavinga à capital da província do Cuando

Jornal de Angola

14 De Setembro de 2023

Texto: Lourenço Bule

O ministro da Administração do Território (MAT), Dionísio da Fonseca, avaliou as condições necessárias para a elevação do município de Mavinga, Cuando Cubango, à capital da futura província do Cuando, no âmbito da implementação da nova Divisão Político-Administrativa (DPA).

Dionísio da Fonseca, acompanhado de uma vasta equipa técnica do MAT, trabalha, desde terça-feira, no município de Mavinga, onde também avalia o grau de implementação do Programa de Desenvolvimento Local (PDL) e do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), que estão a ser executados na região para a melhoria das condições de vida das populações.

Em declarações à imprensa, Dionísio da Fonseca explicou que o município de Mavinga está a ser projectado para ser a capital da futura província do Cuando, no âmbito da nova Divisão Político-Administrativa, e urge a necessidade de se efectuar um trabalho técnico para avaliar as condições objectivas da região, para a elaboração dos instrumentos do ordenamento do território, para a posterior agregação de equipamentos administrativos, sociais e institucionais.

O governante recordou que a DPA vai permitir dividir o Cuando Cubango em duas províncias, nomeadamente o Cuando e o Cubango. Dionísio da Fonseca acrescentou que para elevar o município de Mavinga à capital da futura província do Cuando, será necessária a implementação de infra-estruturas para acomodar o Governo Provincial, administrações municipais, serviços de Justiça, policiais e outros projectos essenciais para que possa funcionar e prestar serventia mais próxima aos cidadãos.

Dionísio da Fonseca frisou que estudos estão a ser feitos para a construção de uma barragem hidroeléctrica no rio Lomba, no município de Mavinga, para que possa ser a fonte geradora do fornecimento de energia eléctrica à região.

Segundo o ministro, no que diz respeito à Divisão Político-Administrativa, a prioridade recai para a segmentação das províncias do Cuando Cubango e do Moxico, que vão ser repartidas por duas em cada uma, por serem actualmente as maiores do país. Para o efeito, avançou que uma equipa técnica do MAT trabalhou também no Moxico, na localidade de Cazombo, onde efectuou o levantamento dos dados necessários para a elaboração dos planos de ordenamento do território.

"Vamos trabalhar com o Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação para assegurar que num futuro próximo tenhamos as futuras capitais provinciais com condições para acolher os serviços públicos destinados à população", disse.

O governante acrescentou que o projecto perspectiva elevar muitas comunas a outras categorias, de modo a diminuir as assimetrias existentes nestas regiões, com realce para as que se encontram em zonas mais recônditas e de difícil acesso.

Dionísio da Fonseca disse que a província do Cubango, caso seja aprovada a nova DPA, terá dez municípios, nomeadamente Menongue (capital), Cuchi, Cuangar, Nancova, Calai, Caiundo, Savate, Longa, Tchinguanja e Cutato, ao passo que o Cuando vai contar com oito, designadamente Mavinga (capital), Cuito Cuanavale, Dirico, Rivungo, Luiana, Cutuilo, Dima e Luengue.

5.4 Administrações municipais vão poder intervir no licenciamento da pesca artesanal

Jornal de Angola

20 De Setembro de 2023

Texto: João Upale

A ministra das Pescas e Recursos Marinhos afirmou, em Moçâmedes, capital da província do Namibe, que o Executivo vai prestar mais atenção à pesca artesanal, anunciando entre as medidas em carteira a necessidade de as administrações municipais participarem no licenciamento da actividade.

Càrmen dos Santos, que falava à imprensa, na segunda-feira, no termo de uma visita às infra-estruturas pesqueiras e salineiras das comunas da Lucira e do Bentiaba, disse tratar-se de um processo que o Ministério das Pescas e Recursos Marinhos pretende reactivar, porque já existia.

A governante defendeu, entretanto, que antes de se dar este passo vai ser preciso fortalecer as competências técnicas das administrações municipais,

para poderem fazer o trabalho de uma maneira mais coerente e alinhado aos instrumentos que o Ministério tem.

Parceria público-privada

A ministra admitiu que "investir em infra-estruturas das pescas não é tarefa fácil", tendo, por isso, defendido a revisão da categoria de empresários que podem investir neste domínio e na produção. Ao Estado caberá acautelar a questão do financiamento.

Carmen dos Santos defendeu uma parceria público-privada para a solução deste problema. "Os empresários fazem um esforço e nós fazemos outro. Havemos de encontrar um caminho comum para que as coisas corram bem", disse a ministra, garantindo que o sector que dirige tem "um sentido muito amplo da responsabilidade do Estado", que é o de "promover a primeira venda dos recursos marinhos e salineiros".

O Executivo, disse, também quer promover uma autoridade marítima pesqueira que possa fazer o papel de intermediação entre a produção e a venda, para os grossistas ou mesmo retalhistas que quiserem trabalhar no sector das pescas, fazendo evoluir uma cadeia de valor que seja consistente e que traga uma contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB).

"O sector das Pescas contribuía muito – até com menos embarcações no mar. Mas, se calhar, com uma capacidade de absorção e de responsabilidade, também, na entrega desta produção, para que ficasse fechado na questão de taxação que fazem aos impostos, por um lado, mas por outro, também, na informação que era fornecida ao sector, permitindo com isso que houvesse realmente um valor crescente", lembrou.

A ministra das Pescas anunciou, para os próximos anos, mudanças no funcionamento do Porto do Namibe.

O que se pretende, adiantou, é ter uma estrutura que possa receber todo o pescado e passar por uma espécie de entreposto, para a sua contabilização.

O que acontece agora, disse, são descargas ou desembarques em todos os pontos ou praias. "Isto não pode ser", declarou. "Temos consciência de que será um trabalho em fases, mas prometemos que iremos todos fazer isso, porque cada um tem a sua responsabilidade e este processo vai levar o seu tempo, mas, convenhamos, todos vamos trabalhar para que o consigamos fazer. Obviamente, que neste mandato lançaremos as bases e, até 2027, muita coisa terá mudado", previu.

Na zona da Baía das Pipas, a ministra das Pescas e Recursos Marinhos visitou a zona de desova das tartarugas, que disse constituir um suporte importante para a investigação científica, bem como para a conservação do ambiente marinho.

Carmen dos Santos informou que o sector tem dois projectos estruturantes, sendo um mais antigo e outro mais novo sobre as tartarugas, mas qualquer um deles tem a componente da investigação científica, trazendo um apoio não só ao Ministério, enquanto responsável dos Recursos Marinhos, mas também às universidades. O país tem 1.650 quilómetros de costa e em quase todas as praias o sector tem nelas controladas áreas de desova de tartarugas, segundo a ministra.

Autossuficiência na produção do sal

A ministra das Pescas e Recursos Marinhos destacou o contributo do Namibe no alcance da autossuficiência nacional na produção de sal.

Durante a visita ao Bentiaba, Carmen dos Santos recebeu a garantia de qualidade do sal produzido nas salinas JRS e Marlin-HL, que mensalmente registam uma produção de cerca de 300 toneladas.

Já na comuna da Lucira, 210 quilómetros de Moçâmedes, a governante inteirou-se do funcionamento do Centro de Apoio à Pesca Artesanal (CAPA), que trata da conservação e processamento de pescado, produção de gelo, área de formação e oficina.

Carmen dos Santos defendeu a reformulação do CAPA, com a adopção de práticas que, além de estabelecerem zonas de pesca devidamente organizadas, venham a promover, também, o turismo na região.

A ministra falou de um outro projecto em carteira que visa a rastreabilidade da pesca artesanal, para se saber onde é que os pescadores exercem a sua actividade. "Vai ser preciso estabelecer zonas de pesca para a pesca artesanal", adiantou.

5.5 Orçamento do município absorve nove mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola

20 De Setembro de 2023

Texto: Isaque Lourenço

As administrações dos 164 municípios do país beneficiaram, até ao momento, de mais de nove mil milhões de kwanzas para apoiar 4.652 projectos.

O valor foi desembolsado no âmbito do orçamento do município, através do qual é entregue 25 milhões de kwanzas anuais para os programas elegidos pelo conselho de moradores de uma dada circunscrição.

De acordo com o ministro da Administração do Território, Dionísio Fonseca, ontem, em Luanda, existem, pelo país, 7.526 conselhos de moradores e 19.800 comissões de moradores.

"Por via dos fóruns de recolha de contribuições para a elaboração dos orçamentos das administrações municipais, os cidadãos podem seleccionar/escolher os projectos que devem ser implementados em cada um dos 164 municípios do nosso país", disse.

O orçamento do município é aquele que é gerido de forma directa pelos cidadãos, através de comités técnicos de gestão, escolhidos pelas comunidades, que escolhem os projectos e fiscalizam a sua execução, cabendo ao Estado a tarefa de disponibilizar apenas os valores.

Autarquias

O ministro Dionísio Fonseca reafirmou que a implantação das autarquias em Angola é irreversível e que este assunto continuará a merecer prioridade por parte do executivo angolano.

Na conferência "A União Europeia no Cenário Global e o seu Modelo de Democracia Participativa e Governança Local", o "chefe" do MAT incentivou os jovens e as academias a continuarem a estudar o tema do poder local, endossar contribuições ao Governo e a participarem de forma activa nas estruturas locais, actualmente existentes nos bairros e municípios.

No encontro de ontem, a abordagem centrou-se em torno do Projecto de Apoio à Sociedade Civil e à Administração Local em Angola (PASCAL), financiado pela União Europeia e tem como parceiro de implementação a Fundação Internacional e Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP) -Cooperação Espanhola e a CPVA.

O ministro apelou ainda para que os jovens e as academias estudem e conheçam a iniciativa PASCAL.

5.6 Divisão Político-Administrativa passa pela auscultação da população

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2023

A proposta da nova Divisão Político-Administrativa do território nacional passa pela auscultação da população, através de consultas feitas pelos governos provinciais e administrações municipais.

A afirmação é do ministro da Administração do Território, Dionísio da Fonseca, no fim da visita a obras de infra-estruturas em curso nas cidades do Lobito, Catumbela e Benguela, citado pela Angop.

"Pensamos que, de um modo geral, o sentimento é positivo e vamos avançar, provavelmente não com a elevação de tantas comunas a municípios", explicou.

Segundo o governante, estas acções vão atender os problemas de limites territoriais dos municípios, a exemplo do que acontece com os do Cubal e Chongoroi, em Benguela, uma situação que se repete noutras circunscrições do país.

Garantiu, no entanto, que vai assegurar um serviço mais próximo do cidadão e uma resposta mais efectiva aos problemas da população local.

Questionado sobre a infra-estrutura autárquica do Luhongo, no município da Catumbela, o ministro explicou que inicialmente houve algum constrangimento com o empreiteiro.

Referiu-se às características físicas na sua construção, pelo que foi necessário redefinir o projecto.

"Todas essas acções provocaram o atraso na execução da obra e também nos pagamentos", esclareceu.

Contudo, enfatizou, o MAT está a impulsionar o empreiteiro no sentido de avançar com os trabalhos para colocá-lo à disposição da Administração Municipal da Catumbela.

5.7 Mais de 70 complexos administrativos autárquicos estão em construção no país

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2023

Texto: Arão Martins

Um total de 77 projectos de construção de Complexos Administrativos Autárquicos está em curso no país, anunciou, quinta-feira, no município do Cubal (150 quilómetros a Sul da cidade de Benguela), o ministro da Administração do Território.

Dionísio da Fonseca falava no final da visita de ajuda e acompanhamento dos projectos financiados quer pelo seu Ministério, quer pelo Governo Provincial e administrações locais nos municípios do Chongoroi, Ganda e Cubal.

O titular do Ministério da Administração do Território avançou que os projectos em curso têm níveis de execução diferentes, algumas mais avançadas e outras nem tanto assim, mas, garantiu, as obras decorrem.

O governante apontou que uma obra imponente da mesma classe está a ser construída no município da Catumbela, em Benguela, e as informações que dispõe dão conta de que a mesma não está com um ritmo desejado, mas o nível de execução é satisfatório.

"Os projectos estão a ser efectivados e precisamos é de continuar a trabalhar para que o Estado, quer da parte do Ministério da Administração do Território, como do Ministério das Finanças, cumpra com as suas responsabilidades de assegurar os pagamentos aos empreiteiros", indicou, exortando, também, que as empresas construtoras tenham a capacidade técnica e financeira para executar os projectos.

Dionísio da Fonseca referiu que, à semelhança do que ocorre noutras partes do país, o Ministério da Administração do Território tem dois projectos em execução no município do Chongoroi, designadamente uma Assembleia Municipal e um Complexo Residencial Administrativo com 20 habitações, divididos em apartamentos T4, T3, T2 e T1.

O governante assegurou que o complexo está concluído fisicamente e está-se a tratar, agora, do apetrechamento e de alguns encargos adicionais que a obra incorreu, fruto de alguns constrangimentos vividos ao longo da sua execução, diferente da Assembleia Municipal, que está ligeiramente atrasada. "Vamos trabalhar com o empreiteiro e o Ministério das Finanças, para assegurarmos que os financiamentos estejam em conformidade com os autos de medição e assegurar, também, que o empreiteiro possa, efectivamente, retomar as obras", garantiu.

Para o ministro, foi satisfatório verificar a conclusão da construção do Complexo Administrativo Residencial erguido no município do Chongoroi, 150 quilómetros a Sul da cidade de Benguela.

Além do Chongoroi e acompanhado do governador provincial de Benguela, Luís Nunes, o ministro da Administração do Território constatou, também, outras obras em curso nos municípios da Ganda e Cubal, sobretudo as de requalificação de vias urbanas, incluindo asfaltagem de ruas.

Dionísio da Fonseca disse ter notado, com satisfação, o nível de execução dos projectos de responsabilidade quer do Governo Provincial, como das administrações municipais, na medida em que quase todas as empreitadas já foram concluídas.

O titular do MAT realçou a importância das visitas de ajuda e acompanhamento que resultam da nova dinâmica de governação, cujo objectivo é estar cada vez mais próximo dos munícipes, interagindo com os membros dos Conselhos de Auscultação das Comunidades, para se compreender os principais desafios que ainda existem no capítulo da governação local.

"Notamos com bastante satisfação o bom nível de execução dos programas de reestruturação da malha urbana, quer no município do Cubal, quer na Ganda, e constatamos que essas cidades estão a expandir-se de forma positiva", considerou.

Dionísio da Fonseca apelou aos munícipes das duas circunscrições administrativas a preservarem tudo aquilo que está a ser colocado à sua disposição e a

seguir as orientações do Governo da Província, através da Administração Municipal, no que diz respeito à construção das suas habitações.

"É preciso aproveitar a infra-estrutura que já existe e construir de modo ordenado as residências para que continuemos a ter uma boa qualidade de vida nos dois municípios que acabam por ser uma boa referência para o trabalho que há ainda por se fazer noutras circunscrições desta província de Benguela, assim como noutros municípios do país", referiu.

Inaugurações acontecem ainda este ano

O ministro da Administração do Território anunciou que todos os equipamentos que estão em fase conclusiva vão ser inaugurados ainda este ano. Dionísio da Fonseca garantiu que o seu Ministério vai trabalhar com o Governo da Província para agendar as inaugurações, sobretudo, do Complexo Administrativo Residencial construído no Chongoroi, no âmbito da descentralização de competências.

5.8 MAT promove fórum de recolha de contribuições para o orçamento das administrações municipais

Jornal de Angola

26 De Setembro de 2023

Texto: Edna Dala

O Ministério da Administração do Território (MAT) promove, quinta-feira, em parceria com a ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) e o Instituto Angolano dos Sistemas Eleitorais e Democracia (IASSED), a 3ª edição do Fórum de Recolha de Contribuições para a elaboração do orçamento das administrações municipais a constar do OGE-2024.

Por ocasião do lançamento do fórum, o director nacional da Administração Local do Estado, Cassongo João da Cruz, disse que o processo de recolha de contribuições visa, essencialmente, garantir que os projectos prioritários dos munícipes, previamente identificados e devidamente analisados, integrem os orçamentos das administrações a constar no OGE -2024.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, o responsável disse que uma das pretensões é assegurar o fomento e a participação directa dos cidadãos na definição das prioridades locais, bem como a promoção da gestão participativa, democrática e inclusiva.

O lançamento do processo de auscultação terá lugar na Escola Nacional de Políticas Públicas (ENAPP), sob orientação dos ministros da Administração do Território, Dionísio da Fonseca, e das Finanças, Vera Daves, com a participação de membros da sociedade civil e do corpo diplomático acreditado em Angola. Depois do período de recolha de contribuições, acrescentou Cassongo da Cruz, seguir-se-á o período de elaboração do relatório em que serão salvaguardados aspectos técnicos-políticos e matérias bases a serem consideradas no OGE-2024.

A recolha de contribuições, que encontra respaldo legal no Decreto Presidencial 235/19, é feita com base numa metodologia de participação comunitária, onde os próprios munícipes indicam os problemas locais das comunidade, aldeia, bairro e município, e desenvolvem, também, soluções para os problemas identificados. Desta forma, a gestão administrativa passa a contar com a participação activa e sistemática dos membros da comunidade.

Segundo o director nacional da Administração Local do Estado, Cassongo João da Cruz, isto permite a descrição e o contexto da própria comunidade, tal como a definição dos problemas e as suas soluções, e "dá-nos a possibilidade de desenhar um projecto de actividades a ser implementado nestes locais".

Depois do lançamento, os parceiros sociais, nomeadamente a ADRA, a IASED e a MOSAIKO vão prosseguir com o exercício nas comunidades. Entre as questões a serem discutidas no Fórum da próxima sexta-feira, destacam-se preocupações ligadas aos sectores da Saúde, Energia, Educação, Saneamento, Agricultura, Pesca e Assistência Social, entre outros.

Cassongo João realçou que o orçamento participativo já produziu muitos dossiers. Em função disto, continuou, nasceu o grupo técnico que recebe do Estado um valor aproximado de 25 milhões de kwanzas para ajudar a desenvolver o trabalho a nível das comunidades. A metodologia a ser aplicada, explicou, tem a parceria do Ministério das Finanças e dos Governos Provinciais. No âmbito da governação participativa, Cassongo João considera a prática vantajosa para as administrações municipais, que terão nas suas mesas de trabalho contribuições directas dos munícipes, conferindo, assim, maior intercâmbio entre as partes.

Prestação de Contas

O director nacional da Administração Local do Estado disse que depois da fase da execução do orçamento, será promovido o Fórum de prestação de

contas onde os gestores terão a oportunidade de justificar o uso das verbas atribuídas.

5.9 Destacado papel da Comunicação Social no processo do Orçamento Participativo

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2023

Texto: Nilza Massango

O secretário de Estado para as Autarquias Locais, Márcio Daniel, destacou, quarta-feira, em Luanda, o papel crucial da Comunicação Social no processo de auscultação às comunidades, sobre a recolha de contribuições para o Orçamento Participativo, em execução nos 164 municípios do país.

Márcio Daniel, que falava num encontro de partilha de conhecimentos sobre o Orçamento Participativo, dirigido a directores provinciais da Comunicação Social, adidos de imprensa e jornalistas, referiu sobre a importância da Comunicação Social na divulgação de todo o trabalho que está a ser desenvolvido em torno do processo, por acreditar que "aquilo que é feito e não comunicado, é como se não tivesse sido feito".

No encontro, promovido pelo Ministério da Administração do Território (MAT), que decorreu no Centro de Formação de Jornalistas (Cefojor), com a participação do secretário de Estado para a Comunicação Social, Nuno Caldas, o governante falou sobre o Fórum de Recolha de Contribuições para a Elaboração do OGE, nos 164 municípios do país, que decorre neste momento, com as fases de auscultação, de repriorização e aprovação final.

Para Márcio Daniel, é crucial que a Comunicação Social acompanhe esses momentos e que a única forma de efectivamente garantir que estas sessões aconteceram e que foram amplamente divulgadas, é através dessa intermediação.

"Acredito que poucos aqui sabiam que em 2021 esse exercício já tinha sido feito, e com organizações da sociedade civil de um alto nível de seriedade. Está nas mãos da Comunicação Social garantir que o exercício que está a ser feito agora, não fique como luz colocada debaixo da mesa", apelou.

Segundo o secretário de Estado para as Autarquias, o trabalho é no sentido de resgatar, também, a confiança dos cidadãos, de modo a participarem nos projectos e não se auto-excluírem e compreenderem que existe uma vontade autêntica do Governo.

Neste processo, acrescentou, o papel da Comunicação Social é fundamental para elaborar reportagens, bem com divulgar o que os municípios têm privilegiado ou priorizado para o orçamento.

"Não estamos à espera de reportagens sobre o que os administradores municipais pretendem que seja feito, porque isso direcciona o foco para o governante. Precisamos dos cidadãos, antes do Estado, das populações antes dos governantes, mais cidadania, menos política, menos partidarismo. A ideia do Orçamento Participativo é a participação do cidadão e, para resgatar isso, temos nos jornalistas uma peça chave", ressaltou.

Segundo Márcio Daniel, o objectivo é fazer um caminho que gere a confiança dos cidadãos no processo, tendo realçado também o facto de o Orçamento do Município estar a ser executado no país, desde 2019 e os primeiros recursos financeiros disponibilizados em 2020.

O governante fez referência sobre o Fórum de Prestação de Contas, que se pretende para 2024, o Desembolso com base na Performance, em 2024, que são recursos disponíveis através de um acordo de financiamento com o Banco Mundial (BM), que vão ser disponibilizados às administrações municipais, na medida em que essas preencherem um conjunto de requisitos como o engajamento do cidadão e outros.

Segundo Márcio Daniel, trata-se de um incentivo como outros que vão ser criados para que as administrações municipais incorporem o máximo possível de contribuições dos cidadãos.

"O OGE, quando for apresentado em Outubro na Assembleia Nacional, vai contar já com projectos que resultam dessa auscultação. Não será apenas um orçamento resultante da visão ideológica do partido que suporta o Governo, da decisão dos administradores municipais ou de um conjunto de colaboradores próximos. Será um orçamento com projectos que vieram da contribuição dos cidadãos", garantiu.

Comprometimento

Ao tecer algumas considerações no final do encontro, o secretário de Estado para a Comunicação Social, Nuno Caldas, reiterou o papel fundamental, crucial, insubstituível da Comunicação Social, no processo de modelação política, social, responsabilidade que tem na conciliação democrática, da proximidade dos cidadãos, e de conferir credibilidade e confiança aos cidadãos, olhando, sobretudo, os princípios do jornalismo, como a isenção e comunicar com verdade e responsabilidade.

"Temos dito, e muitas vezes, que a comunicação transforma, que governar é comunicar e comunicar é governar. Por este facto, nós estamos aqui para assumir esta nossa responsabilidade, para que se possa efectivamente construir uma Nação postulada, sobretudo, numa governação de proximidade, de interacção, de diálogo, participação para cidadania e cidadania para a participação política, económica e social", referiu.

5.10 O que é o "Orçamento Participativo"?

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2023

O Orçamento Participativo divide-se em duas partes, nomeadamente, Orçamento dos Municípios e Orçamento Participativo da Administração Municipal.

Entende-se por Orçamento dos Municípios a verba inscrita no orçamento da Administração Municipal ou ente equiparado sobre a qual os municípios decidem, livremente, sobre os projectos a executar, bem como à respectiva gestão.

Considera-se Orçamento participativo da Administração Municipal ou ente equiparado, o orçamento cujo processo de elaboração e aprovação se desenvolve com a participação dos municípios.

A institucionalização do Orçamento Participativo visa, entre outros, os objectivos de envolver o município na definição das despesas municipais; promover uma gestão participada, democrática e compartilhada dos recursos públicos; estimular o exercício efectivo da cidadania; instituir mecanismos de acompanhamento e controlo dos gastos públicos e estimular a participação do cidadão de forma inclusiva, propiciando que a administração pública actue de forma integrada, para a satisfação dos interesses da população.

Para a sua efectivação, compete à Administração Municipal convocar os municípios, através das Comissões e Conselhos de Moradores, para participar do processo do Orçamento Participativo, devendo os cidadãos, de forma individual ou em grupos organizados, apresentar propostas ao órgão competente da administração local.

Como funciona?

O Orçamento Participativo é um mecanismo governamental de democracia participativa, que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos de investimentos das Administrações Municipais para assuntos locais, através de processos de participação da comunidade. Os resultados costumam ser obras de infra-estruturas, saneamento e serviços para todas as regiões.

No Orçamento Participativo, o poder de decisão passa pela alta burocracia e de pessoas influentes para toda a sociedade. Isso reforça a vontade popular para a execução das políticas públicas. Outro benefício do Orçamento Participativo é a prestação de contas do Estado aos cidadãos.

O Orçamento Participativo reforça a transparência por meio da publicação de informações sobre orçamentos e pela prestação de contas das autoridades e dos administradores. Esses mecanismos geram confiança e melhoram a qualidade da governação, bem como contribuem para reduzir a corrupção e a má aplicação dos recursos públicos.

Os maiores benefícios são o desenvolvimento de uma cultura democrática, dentro da comunidade e fortalecimento da sociedade local, inclusive na criação de lideranças locais que representam a vontade das comunidades.

O Orçamento Participativo ocorre por meio de assembleias abertas e periódicas, que incluem etapas de negociação directa com o Governo. Depois, as deliberações nas assembleias são consideradas na elaboração da proposta orçamental, que será enviada para a administração municipal.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Metro de Superfície vai passar pelas zonas de maior densidade populacional

Jornal de Angola

13 De Setembro de 2023

Texto: Yara Simão

O secretário executivo do Conselho Nacional das Obras Públicas (CNOP), António Resende, reafirmou, terça-feira, a aposta do Governo na construção do Metro de Superfície de Luanda, apesar de ainda não existir uma data para o início da empreitada, que visa melhorar a mobilidade na capital do país.

António Resende, que falou à imprensa no intervalo da reunião do CNOP, orientada pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, avançou que neste momento está em discussão sobre qual será o ramal principal e prioritário para a construção do metro de superfície, que deve passar pelas zonas de maior densidade populacional.

"A intenção é atender a população, por isso se está a ver a possibilidade do metro chegar próximo da cidade, para haver uma mobilidade a nível de Luanda bem melhor da que existe actualmente", esclareceu António Resende, após a reunião do Conselho, que decorreu à porta fechada.

O secretário executivo do CNOP informou que o projecto já foi aprovado em Decreto Presidencial, mantendo a parceria alemã e o financiamento, estando em estudo as fases para melhor distribuição orçamental.

O projecto do Metro de Superfície de Luanda começou com um Memorando de Entendimento assinado em 7 de Fevereiro de 2020 por Michael Peter, director executivo da empresa alemã Siemens Mobility, e o ministro dos Transportes, Ricardo d'Abreu, no quadro da visi-ta que a então chanceler alemã, Angela Merkel, efectuou a Angola.

Segundo matérias já publicadas neste diário, o orçamento inicial da construção do Metro de Superfície de Luanda está no valor de três mil milhões de dólares e Angola teria uma participação na ordem dos 30 por cento, cabendo a outra parte aos

agentes privados interessados em participar do projecto.

A linha do Metro de Superfície vai ter uma extensão de 149 quilómetros e cobrir os eixos principais de Luanda, isto é, do Porto de Luanda e Cacuaco, Avenida Fidel Castro Ruz-Benfica, Porto de Luanda-Largo da Independência e Cidade do Kilamba-Largo da Independência.

O Metro de Superfície de Luanda, que numa primeira fase vai ligar a Centralidade do Kilamba ao Porto de Luanda, oferece benefícios na requalificação urbana da capital do país. A Linha Amarela, a primeira a ser construída, vai sair do Kilamba, passando pelo traçado BRT, Estádio 11 de Novembro, Sapu, Estalagem, Grafanil, Estrada de Catete, Unidade Operativa até à Tourada. Deste ponto vai prosseguir até à zona do Aeroporto, descendo para o Prenda até ao Zamba 2. Daí segue para a Nova Marginal até chegar ao Porto de Luanda.

A Linha Vermelha será instalada no separador central da Avenida Fidel Castro Ruz, numa rota de aproximadamente 60 quilómetros, de Cacuaco para o Benfica, enquanto a Linha Verde vai ligar Cacuaco ao Porto de Luanda. A Linha Azul vai sair do Zamba 2, conectar com a Linha Amarela, passando pela Nova Marginal, até ao Benfica.

Aeroporto Internacional António Agostinho Neto

Na reunião do Conselho Nacional das Obras Públicas foram analisados outros projectos estruturantes do país, com destaque para o novo Aeroporto Internacional de Luanda "Dr. António Agostinho Neto", a ser concluído em Novembro, segundo António Resende.

O secretário executivo do Conselho Nacional das Obras Públicas (CNOP) acrescentou que decorrem os acertos necessários para a conclusão deste projecto, do ponto de vista de sincronização dos sectores, concretamente dos acessos, energia, água e todas as infra-estrutura rodoviárias. "Estão a ser acauteladas todas as condições, para que no dia da inauguração do Aeroporto Internacional "Dr. António Agostinho Neto" tudo esteja a funcionar", garantiu.

O Aeroporto Internacional "Dr. António Agostinho Neto" está localizado a 42 quilómetros da cidade de Luanda, numa área de 75 quilómetros quadrados e foi projectado para acolher aeronaves de grande porte, como o Airbus 380. As obras tiveram início em 2017 e foram orçadas em 1,4 mil milhões de dólares.

Pólo industrial na Barra do Dande

Outro ponto da agenda foi sobre o Terminal Oceânico da Barra do Dande, que recebeu ontem a visita do Presidente da República, João Lourenço.

António Resende disse que para além do terminal, há outros projectos a serem erguidos naquela zona, com destaque para um pólo industrial, uma área de armazenamento da reserva alimentar, bem como outras infra-estruturas que vão ser erguidas à volta do Terminal Oceânico, compreendendo a Zona Franca da Barra do Dande.

"Este assunto também está a ser discutido e tratado pela coordenação, com relação à energia, água, acessos e o fluxo de transportes", realçou António Resende, que não entrou em pormenores sobre o orçamento para estes projectos, garantindo, apenas, que "num futuro breve os projectos prioritários vão entrar na carteira de investimentos públicos".

O Conselho Nacional das Obras Públicas é composto por 12 ministérios e um grupo técnico que envolve um representante de cada ministro e das ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos de Angola.

6.2 A história da antiga Nova Lisboa

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2023

Texto: Sérgio V. Dias

A proposta de construção de um centro urbanístico no Planalto foi incluída num contexto maior. Vislumbrava a criação de uma urbe sede de uma entidade administrativa para uma zona ainda muito instável e de clima hostil ao elemento colonizador. Foi daí que em 21 de Setembro de 1912, Huambo ascende à categoria de capital distrital (que depois tornou-se província), durante a cerimónia de inauguração da estação ferroviária

Huambo, a capital da província que atende pelo mesmo nome, assinala hoje 111 anos de existência. Com uma superfície territorial de 2.609 km², ostenta o estatuto de município mais populoso desta região do Planalto Central, aparecendo, por conseguinte, em sétimo no universo dos demais existentes no país.

No passado tinha a designação de "Nova Lisboa", chegando, no período entre 1928 e 1975, a rivalizar com Luanda, devido a sua predominância económica regional, tendo sido inclusive considerada a capital de jure (mas não de facto) angolana, entre 1928 e 1950.

No entanto, depois de ter grande parte das suas infra-estruturas destruídas pela guerra, pode recuperar-se economicamente após a conquista da paz em 2002.

A história da circunscrição está relacionada ao epílogo de um dos grandes reinos ovimbundos, o do Huambo, que foi derrotado por Portugal em 1903, durante a Segunda Guerra Luso-Ovimbundo.

Relatos apontam que as antigas capitais do Reino do Huambo, as cidades de Caála e Lépi, ou foram destruídas pela guerra ou abandonadas.

Além da sua sede, o município do Huambo é constituído ainda pelas comunas de Chipipa e Calima. A cidade capital do Planalto Central agrega ainda os importantes distritos urbanos de Quissala, Dango de Baixo, Chuva Bomba e Cruzeiro.

Por conseguinte forma com os municípios da Caála e de Ecuinha a considerada virtual Região Metropolitana do Huambo, sendo por isso o centro demográfico e económico.

Vale salientar que a sede provincial do Huambo é limitada a Norte pelo município do Bailundo, a Leste pelo Chicala-Choloanga, a Sul pelo Chipindo (este circunscrito à província da Huíla). Já no ponto Oeste é limitado pelos municípios de Caála e Ecuinha.

Cabral Moncada

Lépi, até então chamada ou de Huambo ou de vila Cabral Moncada, a segunda e última capital do reino com o mesmo nome, havia sido parcialmente destruída durante o final da Segunda Guerra Luso-Ovimbundo e, além disso, fora abandonada a partir de 1904.

Anos mais tarde, as obras do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) aproximaram-se das ruínas de Caála e Lépi. Esta ferrovia era concebida para drenar os minérios da rica região do Catanga para a costa do Oceano Atlântico.

Contudo, em 1912 surgiu um acampamento operário sob a liderança da empresa de engenharia Pauling & Co, estabelecendo-se nas proximidades do quilómetro 370, bem ao lado das ruínas de Lépi. No meio deste cenário começou a ser aí recebida as correspondências, vindas do Reino Unido, endereçadas a uma localidade denominada "Pauling Town—Angola".

Contudo, os registos com o nome Wambo/Huambo haviam sido apagados e não se tinha mais

conhecimento do nome original do local. Por seu turno, o general José Norton de Matos, ao chegar a Luanda para ocupar o cargo de governador-geral da então colónia de Angola, teve conhecimento dessa ocorrência e procurou saber o antigo nome daquela povoação do Centro do país.

Para o efeito, encontrou a referência ao Forte do Huambo-Cabral Moncada, criado pela portaria nº 431, de 20 de Setembro de 1903, por Cabral Moncada, para marcar o domínio português logo após a derrota do Reino.

Há ainda relatos que apontam ao facto de que o mesmo forte estava abandonado e situava-se próximo do quilómetro 365, do lado esquerdo da linha, a cerca de dois quilómetros desta, nas proximidades onde actualmente encontra-se a vila de Lépi (que teve o seu nome alterado para vila Cabral Moncada, nos momentos finais do Reino do Huambo).

Sabe-se que por ordem do Governo Colonial a cidade-forte foi transferida do quilómetro 365 da linha férrea para um ponto mais destacado no quilómetro 423. Assim, o forte Huambo-Cabral Moncada foi reconstruído a 8 quilómetros da Estação Ferroviária, recebendo o nome de Forte da Quissala.

A retomada e transferência do Forte, no início de 1912, bem como a própria estação ferroviária, serviram como posição geográfica para o futuro centro político do Planalto Central, a que deu o nome de Huambo, no quilómetro 423 do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB), através do diploma legislativo de 8 de Agosto de 1912.

Logo a seguir à recriação da vila do Huambo, a portaria provincial nº 1086 de 21 de Agosto de 1912, proibiu nela a construção de casas de adobe, pau-a-pique ou outros materiais semelhantes. Foi encomendado ao engenheiro Roma Machado a elaboração da primeira planta urbanística da localidade, separando as funções político-administrativas na parte alta, e as económicas na zona da única estação.

A proposta de construção de um centro urbanístico no Planalto foi incluída num contexto maior, e não somente como parada ferroviária e base militar. Vislumbrava, antes de tudo, a criação de uma urbe sede de uma entidade administrativa para uma zona ainda muito instável e de clima hostil ao elemento colonizador. Foi daí que em 21 de Setembro de 1912, Huambo ascende à categoria de capital distrital (que depois tornou-se província), durante a cerimónia de inauguração da estação ferroviária.

Em 1921 o Huambo deixa a categoria de vila e passa a ser considerada cidade, o estatuto jurídico-administrativo mais adequado para capitais de distrito. Aponta-se ainda o facto de que no ano seguinte (1922), a cidade já possuía uma escola primária, que só atendia crianças brancas e mestiças, sem possibilidade de atendimento às de cor negra.

Reza a história que, no mesmo ano, um pequeno aeródromo tinha sido construído nesta parcela do território nacional, sendo utilizado como Centro de Aviação Militar de Angola, que se tornaria uma característica marcante da cidade. O aeródromo foi "substituído", em 1947, pelo actual Aeroporto Albano Machado.

A 1 de Setembro de 1928, o então governador Vicente Ferreira mudou-lhe o nome para "Nova Lisboa" e fez publicar, para o efeito, em boletim oficial a designação da cidade como nova capital de Angola. Mesmo que nunca tenha se tornado capital de facto, permaneceu como capital de jure de toda colónia até 1950.

Mesmo já como capital distrital e de jure da colónia, a Câmara Municipal só foi formalmente instalada em 1933, em substituição da comissão urbana provisória que a administrava desde Agosto de 1912, e o foral só foi-lhe dado em 1948. Este período coincide com a instalação da rede eléctrica (1936), da água canalizada, da Associação Comercial e do Banco de Angola (durante a década de 1940).

Consta ainda da história que, em 1942, ocorreu a primeira emissão de radiodifusão na cidade, tornando-se a quinta cidade angolana a alcançar tal feito. No ano seguinte, mais concretamente a 27 de Janeiro, era inaugurada a Rádio Clube de Nova Lisboa, a mais notável das emissoras de Angola da época.

A mesma emissora logrou o feito de lançar a era televisiva no país, em 1962, numa transmissão ao público, na Feira de Nova Lisboa. A Tv Nova Lisboa teve curta duração, porém, reforçava a visão de um período áureo da cidade.

Já a 19 de Outubro de 1946 foi aberto o Hospital de Nova Lisboa, actualmente denominado Hospital Geral do Huambo. Apesar disso, o mesmo só viria a ganhar edifício próprio em 1952. Até o final da década de 1960 ainda era um dos dois hospitais centrais-regionais da colónia (o outro era o Hospital Dona Maria Pia de Luanda).

Já no ano de 1949 o Huambo passa a dispor da sua primeira instituição de ensino secundário-técnico, a Escola Industrial e Comercial Sarmento Rodrigues (actual Instituto Superior Politécnico do Huambo), seguida do Liceu Nacional Norton de Matos, no dia 1 de Agosto de 1956. Esta é actualmente denominada Escola Secundária "Comandante Bula Matadi".

Nova urbanização

Com efeito, no final da década de 1940 a cidade ganharia um novo plano de urbanização extremamente arrojado, com logradouros amplos e grandes jardins, que permitiu o surgimento, na década seguinte, de hotéis, livrarias, cinema, lojas e novos edifícios públicos. Diz-se ainda que nessa fase inicia-se efectivamente o processo de industrialização local, com a montagem das oficinas do caminho-de-ferro.

A narrativa do facto desta parcela do Planalto Central do país dá ainda conta que, a partir de 1966, entra em funcionamento o primeiro Campus/Polo Universitário público. Já a partir de 1974, esta transforma-se em Universidade de Nova Lisboa (precursora da Universidade José Eduardo dos Santos, recriada em 2009).

Vale destacar, a esse respeito, que a primeira instituição de Ensino Superior local foi o Seminário Maior Inter-diocesano de Cristo Rei, fundado em 18 de Setembro de 1947.

6.3 Celebração capicua e todos pelo Huambo

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2023

Texto: Sérgio V. Dias

Numa altura em que o desenvolvimento e a diversificação da economia continuam a ser termos em voga, o Huambo, capital da província do mesmo nome e que assinalou, ontem, 111 anos desde a sua institucionalização como cidade, através da portaria 1040, do então governador-geral da província ultramarina de Angola, Norton de Matos, caminha nessa perspectiva.

Um dia de festa para os filhos desta martirizada cidade, outrora denominada Nova Lisboa, em que se vislumbra, em cada ocasião, um "amanhã diferente". Uma festa capicua em que todos estão focados no Huambo, considerado "paraíso encravado no centro de Angola".

Cada um dos filhos da terra e outros que se revêm nela fazem, diariamente, a sua parte para o

engrandecimento do Huambo. Daí aproveitamos parafrasear a dupla Grande Nico e Tiagão, que representa a província do Huambo na Gala do Top dos Mais Queridos deste ano, o grande concurso da música nacional marcada para 5 de Outubro, quando assinala "Linga upangue wove", que em português quer dizer "faça o seu trabalho".

Cada um de nós, enquanto munícipe, tem a obrigação de fazer e dar o melhor em prol da capital do Huambo. Isto, independentemente de credo religioso, raça ou cor partidária. Como dizem, ainda, os referenciados músicos Grande Nico e Tiagão, "Nda o kupapata linga upangue wove. Nda o segurança akome linga upangue wove amangjangué. Ukatambolole vana vakwete ale".

Traduzindo o refrão da música em umbundo intitulada "Linga upangue wove" para a língua de Camões, o expoente máximo da lusofonia, quer dizer "Se és 'kupapata', faça o teu trabalho. Se és segurança, faça o teu trabalho meu irmão. Não segue aqueles que já possuem alguns bens". Deixa claro a ideia e o espírito de missão que cada um de nós deve exercer no quotidiano, em prol do crescimento desta belíssima cidade do Huambo que atingiu, no dia 21, 111 anos de existência.

Um momento que deve ser vivido com alegria e orgulho pelos filhos desta terra de gente acolhedora e humilde, que todos os dias, quer seja no campo quer nos grandes centros urbanos, dá o melhor de si para o crescimento do Huambo.

A mesma região cuja origem remonta à história do lendário caçador Wambu Kalunga, que saído das terras do Seles, no Cuanza-Sul, demonstrou o exemplo de bravura e resiliência, ao abater heroicamente um elefante nas imediações do rio Cunhoñgamua, junto das pedras Ganda La Kawe, no vizinho município da Caála.

O Huambo, como tal, é repleto de histórias interessantes que vão desde os seus bairros, ao costume das suas gentes, à gastronomia e outros traços característicos da região.

E estas histórias, claro, estendem-se aos seus históricos bairros, como os do Canhe, Benfica, Macolocolo, São José, São João, Aviação, Calomanda e tantos outros que configuram este belíssimo recanto encravado bem ao centro de Angola.

Por isso, um bem-haja para ao Huambo nesta festa capicua e que se espera de muitos proventos para o seus filhos.

6.4 Novas infra-estruturas sociais renovam esperanças dos munícipes do Huambo

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2023

Texto: *Justino Vitorino*

Em dia de comemoração de mais um aniversário da cidade do Huambo, os munícipes da urbe festejam os 111 anos com energias renovadas, devido às grandes mudanças que se registam ultimamente, sobretudo com a edificação de novas infra-estruturas.

Lema dos festejos

"Huambo 111 anos a construir o futuro" é o lema dos festejos deste ano, marcados por actividades culturais, desportivas, debates radiofónicos e palestras sobre a história da fundação da cidade, tradições culturais e perspectivas de desenvolvimento da região, que decorrem desde o início do mês.

Nestes dias de festas, iniciadas 4 de Setembro e término no fim do mês, a cidade ficou praticamente pequena para os milhares de visitantes de diferentes províncias que escalam o Huambo.

Nesta altura, um vasto programa de recuperação e ampliação de infra-estruturas sociais, melhoramento do saneamento básico, requalificação e ordenamento territorial da cidade estão em curso, há já algum tempo. Surgem, ainda, novos espaços verdes. Passeios e lancis estão também em recuperação, com vista a proporcionar maior conforto, tranquilidade e segurança aos munícipes e visitantes.

Obras nas estradas

Em curso no município sede da província do Huambo estão, ainda, obras de extensão de 148 quilómetros de estradas, asfaltagem das vias secundárias e terciárias, em algumas artérias e bairros periféricos. Todas essas empreitadas e a edificação de novas infra-estruturas estão a criar um sentimento de confiança aos habitantes da urbe.

A Administração Municipal tem, também, no seu cronograma de acções, a recuperação da cidade e a criação de mais infra-estruturas sociais básicas e de lazer para torná-la mais bonita e atraente, criando, deste modo, um ambiente de habitabilidade mais condigno às populações.

Ganhos na Saúde

No diz respeito ao sector da Saúde, em pouco menos de cinco anos, o município sede do Huambo registou

um crescimento assinalável, com o aumento e melhoramento dos serviços de atendimento hospitalar às populações. A ideia, segundo o director municipal da Saúde, Miguel Balaca, é alargar estes serviços, a todos os habitantes da região, que cresce consideravelmente.

Na abordagem ao *Jornal de Angola*, o responsável sublinhou que no passado, a rede sanitária era assegurada por 59 unidades e agora estão em funcionamento 64, incluindo dois hospitais de referência, postos e centros de saúde. Miguel Balaca realçou que, no âmbito do programa de aumento e melhoria dos serviços sociais básicos, está a ser construído na parte alta de cidade, um Hospital Pediátrico, cujo lançamento da primeira pedra ocorreu em Fevereiro.

A conclusão da referida obra, de quatro pisos, vai permitir a redução do fluxo e pressão que o Hospital Geral regista nos últimos tempos. Assegurou, ainda, que o Governo Provincial vai continuar a investir em infra-estruturas para o sector, com vista a melhorar a assistência médica e medicamentosa aos munícipes.

Além das enfermarias, o futuro Hospital Pediátrico do Huambo vai contar com quatro blocos e três salas de parto. Serviços de urgência, fisioterapia, imagiologia, endoscopia, diagnósticos nas áreas de Raio X, fluoroscopia, mamografia, tomografia computadorizada e outros serviços farão parte igualmente da infra-estrutura, que terá uma capacidade de internamento de 200 camas.

A unidade hospitalar inserida no Programa de Investimentos Públicos está orçada em 136.534.371,40 dólares, prevendo-se juntar a vertente da formação na componente da assistência médica. Segundo o responsável do sector, o município sede do Huambo controla 37 médicos, mil enfermeiros e 185 técnicos terapêuticos.

6.5 Ex-refugiados instalados no bairro da Mina pedem mais serviços sociais

Jornal de Angola

24 De Setembro de 2023

Texto: *Arão Martins*

Administração Municipal de Benguela garante que existe um programa do Governo Provincial para a instalação de mais serviços, a serem concretizados em função das disponibilidades financeiras

"Welcome", "Bienvenue", "Ndenguenini", "Murimbuangi", "Akombe veia". É desta forma que

o Jornal de Angola foi recebido pelas famílias regressadas da Namíbia, República Democrática do Congo e Zâmbia, instaladas no bairro da Mina, zona F, em Benguela.

A saudação é feita em várias línguas. Há quem se expresse em inglês, outros em francês, lingala, mbunda e umbundo.

O acesso à localidade da Mina é feito em perfeitas condições, numa estrada asfaltada, que parte de Benguela para o vale do Cavaco, zona agrícola de Benguela, administrativamente sob jurisdição da administração comunal da Nossa Senhora da Graça.

O asfalto existe desde 2017, para facilitar o escoamento dos produtos do campo para a cidade e vice-versa.

Mina é, também, conhecida como lugar sagrado, por existirem diferentes denominações religiosas, desde a Católica, Adventista do 7º Dia, Igreja Evangélica Congregacional em Angola (IECA), Igreja Evangélica Sinodal de Angola (IESA) e a Igreja Baptista.

Quem se desloca à Mina vislumbra paisagens exuberantes, com montanhas e o verde a atrair a atenção de qualquer transeunte.

Situado a 13 quilómetros, o letreiro da Igreja Evangélica Sinodal de Angola (IESA), uma das denominações seculares, nascida na histórica vila de Caluquembe, província da Huíla, indica o bairro Boa Esperança da Mina, onde estão instaladas várias famílias regressadas da Namíbia, República Democrática do Congo, Zimbábue e Zâmbia, que clamam por mais apoios e serviços sociais básicos.

Laurinda Calei, 47 anos, é zambiana. Uniu-se ao cidadão nacional Marcelo Calei, 65, na Zâmbia. Da relação nasceram quatro filhos, com idades entre os 16 e 24 anos. Lamentou o estado de saúde do esposo, ao ser apoquentado, há já algum tempo, de asma.

Oriunda da província de Mundrunga, na Zâmbia, Laurinda Calei explicou ao Jornal de Angola que o casal está no país desde 2009. Um regresso que parecia felicidade e alegria tornou-se em pesadelo, devido à asma que apoquentou o esposo.

Conta que a decisão de regresso do esposo ao país de origem foi muito bem recebida pela família. Mas, lamenta as dificuldades que vivem, na Mina, onde têm que recorrer à exploração artesanal de pedra para sobreviver. Notícias através do programa Ngola Yetu

Devido às dificuldades, Laurinda Calei e o marido já pensaram regressar à Zâmbia, mas tal pretensão não se concretiza por falta de dinheiro.

Laurinda Calei acompanha, com regularidade as notícias em língua quimbundo, do programa Ngola Yetu, da Rádio Nacional de Angola (RNA). Lamenta que, devido à distância, os filhos estão sem estudar.

"As crianças não estão a estudar. Sem família cá, aliada à doença do meu esposo, a situação tende a piorar", lamentou, afirmando que a principal preocupação é o futuro das crianças. Explicou que já venderam todos a bens, devido à doença.

Cavar pedras para sobreviver

Mãos enrugadas, empoeirado e a transpirar, Bernardo Cambia, 53 anos, vive da exploração de pedra. Portador de deficiência, vivia da corrida de moto-táxi de três rodas, vulgo caleluia.

Natural do município do Chongoroi, província de Benguela, Bernardo Cambia veio do campo Osiri, 75 quilómetros de Otchivarongo, Namíbia, em Junho de 2012, tendo encontrado acomodação na Mina.

Já exerceu trabalho de escalar peixe, no município piscatório da Baía Farta, em Benguela, mas acabou por desistir devido à distância. Hoje, para sobreviver, cava e amontoa pedras para comercializar. O preço varia em função do tamanho do monte, entre 5 e 11 mil kwanzas.

"Nós fomos repatriados. Alguns ficaram no Otchivarongo, Windhoek, Kakarara e outros no Bokomo", recorda Bernardo Cambia, que defende a inserção dos regressados em projectos de agricultura. Amputado na perna esquerda, a 23 de Março de 1988, devido ao conflito armado, no Cuito, Bié, Bernardo Cambia trabalhou nas Nações Unidas.

"Quando entrei no Osiri, durante muito tempo, trabalhei com o ACNUR, exercendo a posição de chefe dos deficientes a nível do campo", explicou, acrescentando que, com o alcance da paz, mobilizou-se os angolanos para regressarem.

Segundo Bernardo, no princípio, a promessa era de encontrar casas. "Recebemos, também, promessa de encontrar coisas que não trabalhámos", explicou, salientando que, no início, o ACNUR disponibilizou 100 dólares para cada cidadão, até à sua reintegração na sociedade. Lamentou que as dificuldades aumentam todos os dias

Falta escola para os filhos

Inicialmente, segundo Bernardo Cambia, houve promessas de bolsas de estudo para os filhos. Pai de vários filhos, com idades entre 7 e 22 anos, Bernardo

Cambia lamentou a falta de uma escola próxima da comunidade para facilitar os estudos dos filhos. "A vida aqui é difícil. Primeiro é distante da cidade. Por outro lado, não há negócios. O dinheiro que se gasta em algum negócio perde-se num piscar de olhos", lamentou.

A escola mais próxima do local, informou, está situada no bairro dos Calomburacos, perto da Casa, "Daqui ao Gaiato há uma boa distância", indicou, acrescentando que, sem transporte, é um risco para as crianças. Devido às dificuldades financeiras, não consegue pagar propinas para todos os filhos. "Tenho dois filhos a frequentar aulas com normalidade em algumas escolas, onde pagamos propinas mensais. Aliado aos fascículos, sem emprego, a situação complica", disse.

Sugeriu a abrangência do Programa Kwenda, para contribuir na melhoria da qualidade de vida, não só de cidadãos regressados, mas de toda a população que vive em condições difíceis na Mina.

Na Mina é melhor que no campo de refugiados

Benedito Nguenga Augusto veio, também, da Namíbia. Diz que viver na Mina, em Benguela, é melhor que na Namíbia, onde viviam no campo de refugiados.

Filho de pais benguelenses, Benedito Nguenga Augusto conta que nasceu na região fronteira entre o Rundu (Namíbia) e Cuando Cubango.

Devido à falta de apoio, preferiu desistir na 10ª classe, no município do Bocoio, para ajudar os pais na Mina. Além de explorar pedra e areia, Benedito Nguenga Augusto vive do carregamento de inertes. "A vida aqui na Mina está difícil. Conseguimos dinheiro se formos à montanha. O contrário, fica difícil", explicou.

Carregar um camião custa entre 2 e 4 mil kwanzas. Com o valor, disse, já é possível adquirir detergente em pó (omo), água, sal e outros produtos.

Acolhida no lar de idosos

Maria da Conceição, 55 anos, é, também, oriunda da Namíbia. Disse que já viveu no Rundu, Grootfontein e Windhoek, de onde saiu em 2010 para o campo de refugiados. Deixou o antigo campo de refugiados em 2012, no âmbito do repatriamento dos angolanos para as suas zonas de origem.

Natural do município do Chongoroi, Maria da Conceição, mãe de cinco filhos, foi acolhida no lar de idosos, depois de chegar a Benguela. No quadro da política de reassentamento das famílias regressadas

dos países vizinhos, foi instalada na localidade da Mina.

Diz que, na Mina, a principal preocupação tem a ver com a falta de água potável. "Quando saímos da Namíbia, recebemos a garantia de encontrar uma vida melhor. Na altura, o Ministério da Reinserção Social fez um bom acompanhamento, com a distribuição regular de alimentos e chapas de zinco", lembra.

Com as chapas, explicou, cada família construiu a sua moradia, embora de construção precária. Considera que a vida na Mina é difícil, por falta de bases para fazer negócio ou cultivar a terra. Pede que lhes sejam concedidos kits para a criação de negócios. "Somos visitas cá. Apesar de sermos de Benguela, preferimos nos instalar na Mina", disse, salientando que os filhos que vieram da Namíbia, depois de terminarem a 12ª classe, estão com dificuldades de continuar os estudos, por falta de condições financeiras.

Construção de uma escola no local

A entrevistada defendeu a construção de uma escola no local, porque a única do ensino primário está situada na Cachiva, distante da Mina, impossibilitando os estudos dos netos. "As crianças estão em casa porque não chegam, sozinhas, à escola", lamentou.

A falta de água para consumo é outra dificuldade vivida na Mina. As pessoas têm que gastar 50 kwanzas para ter água no bidão de 10 litros. "Cada um desenrasca", disse, acrescentando que, se alguém ficar doente à noite, não terão onde o levar, por falta de posto médico.

Defende a distribuição de kits profissionais nas áreas de pastelaria, para criar renda nas famílias. É, também, de opinião que o Kwenda seja alargado para as famílias da Mina.

Maria da Conceição pediu a visita do governador provincial de Benguela, Luís Nunes, para se inteirar das condições de vida daquelas famílias. "Na Namíbia tínhamos água e energia eléctrica. Viver numa zona sem essas condições cria muitos constrangimentos", disse.

Maria da Conceição é natural do Cubal, mas preferiu instalar-se na Mina. "Quando cheguei, o meu pai e mãe já não faziam parte do mundo dos vivos. Desconheço também o paradeiro dos meus irmãos, por isso estou na Mina. Não consigo viver no Cubal", disse.

José Tchikola, 68 anos, vive na Mina desde 2008. Encontrou lugar na Mina, depois da sua casa ter sido afectada por inundações, no bairro Lixeira Baixa.

Com o seu bidão de 20 litros de água amarrado à motorizada, tem o dia preenchido para vender água. Explicou que cada bidão de água custa 50 kwanzas. Disse que adquiriu a motorizada com o dinheiro conseguido no garimpo de pedra.

Reactivação do sistema de abastecimento de água

Angelia Tchiloca, oriunda do bairro Tchipiandulo, solicita a reactivação do sistema de abastecimento de água, que já funcionava no passado. "Antes recebíamos água. Já escrevemos muitas cartas dirigidas ao Governo Provincial e estamos sem resposta", disse, lembrando que a situação já dura desde 2008.

Para ter água, disse, é preciso dinheiro. "Sem dinheiro é sofrimento. Já falámos nas rádios, estamos à espera", disse, acrescentando que a outra preocupação tem a ver com a distância que as crianças percorrem para chegarem à escola.

Outra dificuldade tem a ver com a falta de posto médico e posto de polícia. "Quando alguém está doente, sobretudo à noite, é impossível ir ao hospital, por causa dos ladrões. Já pedimos uma tenda para albergar a polícia e uma viatura de apoio aos doentes", solicitou.

Lugar de recreação

Jeremias Eduardo "Pai Gerry" reside na Mina há cinco anos. Antigo morador das Tombas, Pai Gerry criou um lugar de diversão, onde colocou uma antena parabólica para os jovens acompanharem os jogos de futebol. No local montou, também, uma bandeira que simboliza a zona desportiva.

Pai Gerry criou também três equipas de futebol, denominadas Petro de Luanda A e B e TP Mazembe do Congo.

Os jogos que colocam frente a frente essas equipas e as do bairro da Graça juntam muitas pessoas. O promotor pediu a instalação de um campo, porque o único que existe está localizado no bairro Chiva, sendo bastante concorrido. "Estamos a precisar de apoio para abrir um campo", apelou. Quando há jogos do Girabola ou da Europa, os jovens são obrigados a acompanhar todas partidas que acontecem.

Bairro continua a crescer apesar das dificuldades

O responsável do sector da Boa Esperança-Mina, Jaime Garcia Baptista, enalteceu a união no seio da comunidade e disse que, apesar das dificuldades, o bairro continua a crescer.

Além de famílias regressadas dos países vizinhos, a localidade acolhe, também, famílias sinistradas devido às chuvas, no bairro do Capiá Ndalo, em Benguela. Explicou que a Mina é uma área de recolha de pedra. A maior parte das famílias sobrevive da venda de pedra. A área é de exploração de pedra. A zona dispõe de uma britadeira, que emprega boa parte dos jovens. "Viemos como sinistrados. As nossas casas tinham desabado no bairro Capiandalo, além de populares da Calomanga e Calomburaco, seguidamente, transferiram-nos para a Mina", salientou.

Depois de um tempo, o bairro recebeu, também, a primeira leva de famílias vindas da República Democrática do Congo (RDC), depois da Zâmbia, Namíbia e Botswana, em 2012.

Bairro chegou a ter mais de mil pessoas

Electricista de profissão, Jaime Garcia Baptista, informou que, no início, foram feitos muitos lotes. Inicialmente, disse, a Mina acolheu 1.085 habitantes, incluindo os repatriados e sinistrados.

Jaime Garcia Baptista reafirmou as principais preocupações, que são a falta de água, posto médico, escola e energia eléctrica.

"Desde que cá chegamos, em 2008, estamos apenas com promessas do Governo, para nos poderem reabilitar o bairro. Continuamos à espera. Já faz 15 anos", lamentou.

Segundo o coordenador, as famílias são obrigadas a comprar água, porque a existente é salobra. Lembra que, no princípio, as famílias recebiam água a partir de cisternas da Direcção Provincial de Águas. Depois de algum tempo, o processo parou. A Administração abriu um furo, mas a água é salobra, imprópria para consumo.

Criação de mais pontos de água

A criação de mais pontos de água, a construção de um posto médico, abastecimento de energia eléctrica da rede pública e uma escola do ensino primário e secundário do I Ciclo, são os pontos indicados pelo responsável do bairro como prioridade, além de uma unidade policial. Para casos de polícia, indicou, recorre-se aos bairros da Graça e Cassoco. Lembrou que, no princípio, o índice de criminalidade era alto, mas reduziu com a intervenção da própria comunidade.

Destacou a realização de competições de futebol inter-bairros e zonas, no qual participa, os bairros Calungulo, Mbupula, Calueque, Lopes, Moladi, Boa Esperança e outros.

Administração entrega kits agrícolas

Dezasseis famílias regressadas da Namíbia, Zâmbia e República Democrática do Congo, que se encontram na Mina, em Benguela, receberam, domingo, kits de fomento à agricultura, no âmbito do programa de combate à fome e à pobreza.

Os kits visam fomentar a produção agrícola e contribuir no aumento da renda das famílias.

O administrador municipal adjunto para o sector Político, Social e das Comunidades de Benguela, João Tomás, disse que, além dos cidadãos regressados, o programa vai contemplar, igualmente, cidadãos de outras comunidades. "Aproveitamos as jornadas do 17 de Setembro, Dia do Herói Nacional, para entregar os kits, que contemplam, também, os de parteiras tradicionais, agricultura e pastelaria", disse.

Sobre as famílias regressadas, o responsável explicou que fazem da agricultura a sua sobrevivência. E, em função das preocupações que as mesmas apresentaram, atendeu-se a vertente do fomento agrícola. "A entrega dos kits visou dar resposta a uma das preocupações apresentadas pelas famílias regressadas e encontraram abrigo na Mina", sublinhou, referindo, ainda, que as famílias serão acompanhadas pela direcção municipal da Agricultura que vai acompanhá-los e ajudá-los a trabalhar com os kits e rentabilizar os mesmos para benefício próprio.

7. TERRA

7.1 FundInvest 'larga' milhões num diferendo que 'convide' GPL e Bombeiros

Novo Jornal

15 De Setembro de 2023

Cinco meses volvidos desde a queda do edifício '41', na Avenida Comandante Valódia, em Luanda, ex-moradores e empresa proprietária do prédio, a FundInvest, continuam incertos quanto ao desfecho do diferendo que se instalou mesmo antes do desabamento do imóvel. Recentemente, as famílias que ocupavam o prédio viram milhões de kwanzas transferidos nas suas contas bancárias pela FundInvest, valores que, entretanto, soube o Novo Jornal, estão longe de satisfazer os intentos dos ex-moradores, que 'carregam' contra uma suposta violação ao seu direito de preferência na venda do imóvel e já preparam um dossiê para remeter a tribunal, queixando-se de outras duas instituições: o Governo provincial de Luanda e o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. Contactada pelo NJ, a FundInvest assegura que a "ajuda social" entregue aos inquilinos não se destina, à partida, ao encerramento do diferendo, enquanto o GPL e os Bombeiros garantem ter cumprido com os procedimentos normais na recuperação e gestão dos pertences dos antigos moradores do prédio.

O diferendo reporta um negócio celebrado entre a seguradora de direito estatal ENSA e a FundInvest, companhia criada em 2022 e gerida pela Eaglestone capital, domiciliada no Banco Angolano de Investimentos (BAI). De acordo com os inquilinos da seguradora, o negócio não terá obedecido aos princípios plasmados na Lei do Arrendamento Urbano, particularmente sobre o direito de preferência de que gozam os arrendatários na possibilidade de o senhorio partir para a venda do imóvel.

O conflito ganhou, entretanto, contornos mediáticos após o desabamento do prédio, a 25 de Março deste ano, resultando disso mais um imbróglio, ligado aos danos e paradeiro dos pertences dos ex-moradores destruídos e recuperados entre os escombros do edifício.

Após meses alojados numa unidade hoteleira da capital do País, os ex-ocupantes do edifício '41' foram desalojados na mesma altura em que a proprietária do edifício desabado transferiu para as contas de cada inquilino 8 milhões de kwanzas. Entre os ex-

moradores do edifício, há quem tenha entendido que o pagamento da quantia tivesse como pressuposto a resolução do diferendo iniciado antes mesmo de o edifício ir a baixo.

"O Fundo queria dar-nos um valor referente a seis meses de renda, que dava qualquer coisa como 8 milhões de kwanzas. Nós não aceitámos, porquanto, para além de nos terem vetado a possibilidade de comprar os apartamentos, perdemos coisas que estão muito acima dos valores que nos queriam dar", disse uma moradora, que prefere não ser identificada.

Moradores que falam ao Novo Jornal estimaram danos causados pelo desabamento, avaliados em mais de 50 milhões Kz por domicílio, consubstanciados na destruição de móveis e outros equipamentos domésticos dada a queda do edifício.

"Nem podemos imaginar que uns 8 milhões de kwanzas serviriam para ressarcir o que nós perdemos! Apesar desse dinheiro que depositaram nas nossas contas, o conflito está em pé. Queremos que a ENSA e o Fundo assumam responsabilidades por não nos terem dado a chance de comprar as casas onde já morávamos e que alguém assuma o facto de termos perdido tudo. Nós tínhamos móveis, roupas e outros bens que foram recuperados e que não nos foram entregues, não sabemos porquê", informa um antigo morador do edifício.

Avança que, para defender os seus interesses, o grupo de ex-ocupantes do «Já metemos um advogado nisso. Se não houver solução, vamos ao tribunal» prédio constituiu um advogado e está pronto para recorrer ao tribunal, caso as partes não encontrem uma solução ex-trajudicial.

"Por enquanto, estamos apenas a negociar a empresa. Mas já metemos um advogado nisso. Se não houver solução, vamos ao tribunal", assevera o ex-morador.

Ex-moradores cobram explicações ao GPL e Bombeiros sobre os seus pertences. Antigos ocupantes do edifício que em Março deste ano desabou referem que o Governo provincial de Luanda (GPL) e o Serviço de protecção Civil e Bombeiros lhes devem satisfações quanto ao destino dado aos seus pertences recuperados entre os escombros do prédio.

"O GPL e o Ministério do Interior (MININT), através, sobretudo, do Serviço de Protecção e Bombeiros, estiveram directamente envolvidos na remoção dos escombros dos nossos apartamentos. Eles devem saber onde colocaram as nossas coisas, pois nós não as recebemos", afirmam os inquilinos da ENSA, que passaram, depois, para a FundInvest.

Os ocupantes do imóvel avançam que, ' no processo que está a ser preparado pelo advogado, pretendem, igualmente, inserir queixas contra estas duas instituições públicas, por supostos descaminhos dos seus pertences.

"Não deixaremos de cobrar isso igualmente ao proprietário do edifício. A culpa sobre a perda dos nossos móveis não pode morrer solteira. Não podemos admitir que a ENSA venda os apartamentos que são públicos sem ter em conta os interesses dos inquilinos, nós, povo. Não podemos também admitir que tenham recuperado muitos dos nossos bens se não nos tivessem entregado", desabafam, à guisa de denúncia.

7.2 Despejo doloroso ... por venda sem consentimento

Jornal Luanda

18 De Setembro de 2023

Fortes divergências continuam a opor uma família residente na Travessa Teixeira Pascoais, nº19, bairro Vila Alice, município de Luanda, e as autoridades policiais, que, há mais de uma semana, tentam executar e fazer cumprir uma ordem de despejo.

O documento foi exarado, recentemente, pelo Tribunal da Comarca de Luanda, Terceira Secção Civil Administrativo, num processo em que um dos filhos, da senhora Helena de Simão, iletrada, está a ser acusado de ter vendido a residência da mãe, sem o prévio consentimento desta e dos irmãos.

Na sexta-feira passada, o acusado, cujo nome, por razões óbvias, omitimos, dentro do princípio da presunção de inocência, foi impedido de viajar para Lisboa, onde seguia, em companhia da sua família, num momento em que a mãe e se batia, com garras e dentes, para tentar impedir o despejo.

Um documento, assinado pela Doutora Denise Paiva, Juiz de Direito da 3ª Secção da Sala do Civil e Administrativo do Tribunal da Comarca de Luanda, que tivemos acesso, ordena imediato despejo da anciã.

"Com observância das formalidades legais, mencionadas no art. 985º do Cód. Proc. Civil e art 2º do Decreto n.º 6/92, de 24 Janeiro, proceder o DESPEJO dos ocupantes do imóvel, sito no bairro da Vila Alice, Travessa Teixeira Pascoal, n.º 19, Distrito Urbano 10 Rangel, Município de Luanda", em que é exequente Alfredo Antunes Correia Pinto e esposa", lê-se no documento. Helena de Fátima Augusto Simão recusa-se a abandonar a residência,

que ocupa desde 1975, por se considerar a digna e legítima proprietária. Com 75 anos, Helena de Fátima é ocupante da residência, em litígio, desde 1975, altura em que ela e a sua família se mudaram para a Vila Alice.

À luz da Lei n.º 43/76, de confisco, conforme Helena Simão fez questão de elucidar ao Jornal Metropolitano de Luanda (JML), efectuou a compra do imóvel, em 2006, num acto comprovado pelo documento exibido, emitido pelo antigo Ministério do Urbanismo e Habitação, Cartório Notarial Privativo, que dá por concluído a venda a seu favor.

Até ontem, domingo, altura em que terminávamos esta matéria, não havia mais informações sobre um desfecho consensual nas partes. A Polícia Nacional, cumprindo ordem do Tribunal, vetou o acesso ao imóvel, ou seja, "ninguém entra, ninguém sai", disse, ao JML, um dos familiares. Com todos os haveres na residência, Helena Simão deixou a casa, mas garante que vai recorrer da sentença, embora reconheça ser um processo que se prevê muito difícil para ela, devido à própria natureza do caso, incluindo à falta de capacidade financeira para contratar os serviços de um escritório de advogados. Em caso de recurso, Helena Simão terá que se haver com duas frentes. A do filho que terá, presumivelmente, vendido a residência, sem o seu conhecimento, e os "actuais donos", que reclamam a legitimidade do imóvel.

"Não está perdido" O caso se afigura complicado, mas um renomado advogado da nossa praça contactada pelo JML, para um enquadramento jurídico, assegurou que, apesar da complexidade, resultante da ordem de despejo, "nada está completamente perdido". "A casa, apesar de legalizada ao abrigo da lei de confisco, ainda têm o instituto da usucapião a seu favor, que se traduz num modo de aquisição mediante a posse. Ou seja, se algum ocupar uma residência, por mais de 15 anos, e não reclamar os seus direitos, a propriedade pode se reverter a favor do seu ocupante", explicou.

O CASO DA RESIDÊNCIA VILA ALICE conforme conseguimos apurar no local já tramita Tribunal desde o ano de 1992, altura em que os ditos proprietários intentaram uma acção contra Fátima Simão a reclamar os direitos de propriedade de Imóvel, que o Tribunal decidiu a seu favor.

Recorrendo da sentença no Tribunal Supremo. de acordo com fontes do Civil Administrativo da Comarca de Luanda a família Simão voltou a perder em 1996 a causa em processos onde o filho está a ser citado como um dos presumíveis articulistas.

Devido aos problemas de saúde que enfrenta Fátima Simão terá passado a favor do filho. uma procuração irrevogável para agir em seu nome. no que a residência diz respeito.

Fátima Simão disse que, a partir do momento em que assinou a procuração favor do filho, nunca mais foi informada sobre a situação da casa pelo filho que, presumivelmente, omitiu da progenitora as notificações que ia recebendo do Tribunal. Nunca fui informada sobre esse processo e fiquei assustada e sem forças, para mais nada. quando a Polícia chegou à minha casa.

Senti as forças me fugirem dos pés e por alguns minutos pensei que a minha vida tivesse chegado ao fim. Mas Deus me protegeu, disse Helena Simão.

Diante dessa situação, revelou à nossa reportagem o advogado Agostinho Paulo a família pode recorrer para exigir um recurso de aperfeiçoamento das decisões ou ainda o recurso ordinário de extraordinário de inconstitucionalidade. A decisão, sustentou o advogado, fere o direito fundamental de posse.

7.3 Mais de 20 hectares de terras aráveis em risco de serem expropriadas na Matala

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2023

Texto: Estanislau Costa

Mais de 20 hectares de terras aráveis abandonadas, há mais de cinco anos, no Perímetro Irrigado da Matala, 180 quilómetros a Leste da cidade do Lubango, vão ser expropriados.

O director municipal da Agricultura, Bernardo Chicomo, que revelou a decisão, considerou não haver razões para que os espaços agricultáveis "continuem abandonados, porque há condições para a lavoura à escala industrial em todas as épocas do ano, por haver ali água suficiente e meios mecanizados".

Segundo Bernardo Chicomo, uma equipa multisectorial desenvolveu antes várias actividades de inspecção ao perímetro, identificando os espaços e respectivos proprietários, situação legal, localidades onde vivem e outros procedimentos administrativos para permitir a perda total dos hectares improdutivos.

O Perímetro Irrigado da Matala é composto por mais de 200 mil hectares com condições para prática agrícola. "Destas cifras, apenas 54.588 hectares são

aproveitados por agricultores associados em diversas cooperativas, assim como de empresas chinesas", declarou o responsável da Agricultura, sublinhando que as terras aráveis devem ser entregues aos empreendedores com capacidade para explorá-las e favorecer a produção à escala industrial.

"Estamos a desenvolver acções para converter os espaços abandonados em reservas com condições para acolher as iniciativas de novos investidores com capacidade para tornar a terra numa área produtiva", esclareceu. O director municipal da Agricultura, Bernardo Chicomo, descreveu ainda que a acção, iniciada três anos, vai criar condições para a criação de uma reserva fundiária do Estado, necessária para a atracção de mais investidores no sector.

"Estão criadas as condições para garantir aos investidores nacionais e estrangeiros a legalização dos terrenos para implantação de projectos agropecuários", ressaltou.

Chicomo descreveu que a produção anual do município da Matala está fixada em oito mil toneladas de alimentos diversos, onde os 42 quilómetros de extensão do canal irrigam à volta de dez mil hectares. "A produção actual ainda está longe das necessidades reais de consumo locais, onde são colhidos à volta de 30 mil toneladas", sublinhou.

Valorização da produção familiar

Ao todo, 45 mil famílias residentes nos arredores do Perímetro Irrigado da Matala são até ao momento tidas como as maiores produtoras de horto-frutícolas e cereais, com destaque para o milho, massambala e massango. "As autoridades controlam e distribuem a cada ano agrícola inputs diversos a 11 mil famílias", disse. Bernardo Chicomo destacou o apoio do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA), ao subvencionar a compra de fertilizantes, contribuindo assim para que em cada ano produtivo se aumentem as colheitas, para a satisfação das famílias beneficiárias.

O responsável da Agricultura no município da Matala sublinhou que o FADA está a potenciar os antigos produtores, assim como a convencer outros a retomarem a prática da lavoura, facto que fez com que muitos antigos campos produtivos estejam a ser recuperados e a retomar a produção em quantidades consideráveis.

Produção de arroz

As colheitas de arroz na safra passada atingiram, pela primeira vez, 850 toneladas no presente ano, razão que tem despertado a atenção de outros investidores a explorarem as terras férteis do canal de irrigação do

município da Matala, situado 180 quilómetros a Leste da cidade do Lubango.

O director do Gabinete de Desenvolvimento Económico Integrado da Matala, Tomás Musaki, descreveu que a produção de arroz está a acautelar a qualidade exigida nos mercados interno e internacional, de modo a criar condições para que o excedente seja exportado. "Estamos a levar o arroz a todas as feiras para provar que é possível cultivar o grão no Perímetro Irrigado da Matá-la, de modo a captar mais produtores e investidores a preferirem a água do rio Cunene para desenvolver a produção, assim como utilizar os comboios do Caminho de Ferro de Moçâmedes (CFM) para o escoamento", explicou.

Para Tomás Musaki, já há bons sinais na lavoura de arroz na província da Huíla, razão para cativar a atenção de outros agricultores e criar condições para que a produção seja feita à escala industrial a partir das campanhas agrícolas subsequentes e elevar a região a lugares cimeiros ao nível do país e da África Austral.

A empresa chinesa Olonga Agro-negócio está a explorar mais de 114 hectares com irrigação por inundação e aspersão, de acordo com as regras da lavoura de arroz, projectando aumentar a área de produção, caso os resultados das vendas sejam satisfatórios.

O agrónomo Tomás Musaki fez saber que o escoamento ainda não começou, por se encontrarem neste momento na fase de descasque, selecção dos melhores grãos, empacotamento em sacos de 50 quilogramas, armazenamento e transporte para vários mercados nacionais.

Produção de tabaco

A lavoura do tabaco em quantidades industriais figura também como uma das apostas dos chineses no Perímetro Irrigado da Matala, onde a fase experimental já ocupa um espaço de mais de 60 hectares, anunciou a Olonga Agro-Negócios, instalada no município da Matala desde 2014.

A empresa já empregou 1.100 jovens formados em várias especialidades do sector agrário, sendo a Agronomia a que tem mais técnicos formados no Instituto Médio Agro-pecuário do Tchivinguiro.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Angola entre os 14 países africanos com crianças com maior exposição a escassez de água

Novo Jornal

8 De Setembro de 2023

Texto: Teresa Fukiady

Angola esta entre os 14 países africanos em que a exposição das crianças a escassez de água e considerada "alta" ou "extremamente alta", alerta um novo relatório do Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF). Intitulado 'Time to Act' (Hora de Agir), o documento analisa 49 países do continente com base na exposição das crianças aos choques climáticos e ambientais, como ciclones e ondas de calor, para além da sua vulnerabilidade a esses problemas, a luz do acesso a serviços essenciais.

De acordo com a pesquisa, que não entra em detalhes, no quesito escassez de água, Angola aparece com uma pontuação de 8,3 numa escala de zero a 10, sendo, por isso, a 14.ª pior Nação de um total de 30 analisadas.

Em relação a escassez de água em Angola, vale recordar que, em Março deste ano, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, admitiu que, nos países, mais de 40% da população não tem acesso a água potável. Um ano antes, em Março de 2022, já um estudo do Instituto para Água, Meio Ambiente e saúde (INWEH, sigla em Inglês) da Universidade das Nações Unidas apontava que, no País, apenas 40% dos cidadãos tinham acesso a água potável, os números colocavam Angola na lista de países com a percentagem mais baixa no acesso ao líquido precioso.

A 'Time to Act' coloca Angola na lista vermelha de sete dos 12 aspectos estudados: exposição a escassez de água, transmissão de doenças por vectores, poluição do ar, vulnerabilidade dos serviços de saúde e nutrição, educação, pobreza e protecção social e a água, saneamento e higiene.

Divulgado no início deste mês, o estudo conclui que as crianças de 48 dos 49 Países avaliados correm risco "extremamente alto" de ser afectadas pelas mudanças climáticas. Entre as nações de maior risco, estão República Centro Africana, Chade, Nigéria, Guiné-Conacri e Somália. Uma das principais preocupações e a sua exposição a doenças.

Segundo a pesquisa, África abriga alguns dos países menos responsáveis pelas emissões de carbono, mas que são mais afectados por secas, enchentes, tempestades e ondas de calor.

8.2 Benguela e Lobito recebem meios para recolha de lixo

Jornal de Angola

11 De Setembro de 2023

Texto: Maximiano Filipe

A recolha de resíduos sólidos nas cidades do Lobito e Benguela ganhou, desde sexta-feira, uma nova dinâmica, com a entrega de novos equipamentos, feita pelo vice-governador provincial para o sector Técnico e Infra-Estruturas.

Adilson Gonçalves entregou às administrações municipais quatro camiões basculantes, no quadro do reforço do processo de higienização das duas cidades do litoral da província.

O governante exortou as administrações municipais do Lobito e Benguela a seleccionarem condutores à altura, de forma a preservar e conservar os meios. "Devemos exigir aos operadores dos referidos equipamentos melhor gestão, para que continuem a ajudar-se no saneamento básico das duas cidades", adiantou.

Os novos meios, disse, juntam-se aos já existentes nas administrações municipais. Numa primeira fase, esclareceu, os meios disponíveis foram entregues ao Lobito e Benguela, por serem os maiores produtores de lixo, tendo em conta a densidade populacional que supera 1 milhão de habitantes. "Mas o processo continua".

Nos próximos dias, realçou, à medida que novos meios chegarem, vão ser entregues aos municípios da Baía Farta e da Catumbela, além de outros do interior da província.

Apesar da quantidade reduzida de resíduos que a Baía Farta e a Catumbela produzem, esses meios vão minimizar o problema do lixo, sobretudo a grande pressão que as duas cidades produzem diariamente. O Governo de Benguela, avançou, vai continuar a investir mais no sector, consciente das responsabilidades, mantendo a meta de promover entre as famílias uma melhor qualidade de saúde e bem-estar. Com estes meios, salientou, se pretende que os referidos municípios estejam cada vez mais limpos e mantenham, uma outra imagem, com elevada qualidade, melhorando assim, o perfil de cada uma das localidades.

Condições do género, destacou, estão a ser criadas para a aquisição de mais meios, de modo que os demais municípios, como Catumbela e Baía Farta venham também a beneficiar nos próximos dias.

À população, exortou, a pautar por uma conduta responsável e cívica, que visa contribuir para o melhoramento do saneamento básico das localidades, evitar depositar o lixo fora dos contentores, assim como pedir aos menores para o fazerem.

A manutenção e uma melhor conservação dos equipamentos postos à disposição pelo Governo da província, nas diversas zonas, é, para o governante, uma das garantias para melhor recolha, deposição e tratamento dos resíduos urbanos.

Administradores satisfeitos

O administrador municipal do Lobito, Evaristo Calopa, disse que o município recebe os meios com elevada satisfação, pois vão ajudar a mitigar o problema do lixo, que tem sido dos principais constrangimentos nas comunidades, com realce para a zona alta do Lobito.

Para o administrador municipal adjunto para a área Política, Social e da Comunidade de Benguela o objectivo agora é formar os operadores das máquinas para melhor gestão. "Com estes meios, a administração de Benguela passa a contar com quatro viaturas do género, que podem acudir as seis zonas da circunscrição", explicou.

João Tomás António pediu à população para respeitar o período estabelecido de recolha dos resíduos e contribuir, de forma significativa, para o processo e estratégia de manter as ruas e demais localidades limpas.

Além disso, acrescentou, a administração criou um portal do município, onde todas as orientações e informações, inerentes às acções desenvolvidas pela administração local, são veiculadas, de modo que a sociedade benguelense esteja inteirada e possa prestar também o devido contributo, para o melhoramento do município.

8.3 Danificação de condutas será agravada para crime contra património do Estado

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2023

Texto: Paulo Caculo

o Conselho Nacional de Águas (CNA) vai criar uma comissão para trabalhar na aplicação efectiva da Lei e dos regulamentos para a punição dos actos de danificação de condutas em acções de garimpo de água como crimes contra o património do Estado, revelou, ontem, em Luanda, o ministro João Baptista Borges, no desfecho da 8ª sessão ordinária do órgão permanente consultivo do Titular do Poder Executivo, orientada pela Vice-Presidente da Republica, Esperança da Costa.

João Baptista Borges, que falava na condição de porta-voz do Conselho, esclareceu que a reunião avelhou a necessidade de uma "transformação" daquilo que são hoje as "coimas" e "multas" aplicadas a título de transgressões administrativas em crimes contra o património do Estado.

A actividade do garimpo de água, afirmou o ministro, não só prejudica quem tem contratos celebrados para abastecimento de água em casa, "porque deixa de ter a água" devido a alguém que "antes desviou o curso da água para outros fins", como também cria "prejuízos económicos" enormes ao Estado.

"A orientação que ficou dada pela Vice-Presidente da Republica e presidente do Conselho Nacional de Águas e que se crie uma comissão para trabalhar especificamente naquilo que tem a ver com a aplicação efectiva da lei e dos regulamentos que punem esses crimes", acrescentou o também ministro da Energia e Aguas, admitindo que o fenómeno é uma consequência do défice de abastecimento aos cidadãos.

"A água que se produz em Luanda, actualmente, só atende cerca de 50 por cento da população, sendo que os restantes 50 por cento compram água em cisternas o que acontece e que esta dificuldade tem também estado a fazer surgir e a consolidar um negócio ilegal que é o garimpo da água, ou seja, a danificação de condutas para que se retire da água e se coloque no mercado informal", argumentou.

Dada a situação, João Baptista Borges sublinhou haver a necessidade imperiosa de o Estado não só realizar os grandes investimentos que estão a ser feitos no reforço da capacidade de abastecimento da água, mas também o de se combater os factores que considera causadores das dificuldades e que faz surgir este mercado ilegal ou informal.

"É importante, também, que quem destrói o património público, pois falamos de condutas de água, e acontece com outros bens públicos, seja, de facto, severamente punido", afirmou.

Mafia no garimpo

O ministro João Baptista Borges admitiu, ainda, haver uma mafia que actua no garimpo de água, onde estão implicadas pessoas de várias instituições, incluindo a Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL).

"Não negamos isso", assegurou, para em seguida revelar que "esta mafia não só provoca danos nas condutas, como também faz, em grande medida, a operação da própria rede", fechando válvulas para depois gerar necessidade do líquido precioso e "atender por via informal".

o garimpo da água, lembrou o governante, nasceu, inicialmente, como uma forma de as pessoas mitigarem as suas dificuldades, tendo-se observado que, a medida que a cidade foi crescendo, houve um aumento da necessidade do consumo de água. O facto é que, continuou João Baptista Borges, a disponibilidade de água não acompanhou o crescimento populacional "na mesma proporção", motivando que residentes próximos de condutas de água fossem causando danos aos materiais, na ansia de suprirem as necessidades.

"Mas, depois, começou a tomar-se um negócio", disse o ministro, para quem é difícil falar em perdas financeiras.

"As perdas não são económicas para a EPAL, mas a empresa tem de repor equipamentos", ressaltou.

"O prejuízo não é só para quem tem água e deixa de ter, por estas razões, mas também pela qualidade da água que tem efeito directo naquilo que são os índices de saúde nas doenças. Quando há a danificação de

uma conduta, há também a contaminação da água que passa por esta conduta, porque tudo entra lá para dentro e quem vai consumir esta água, naturalmente, não consome água potável. Existe este prejuízo, que é difícil de contabilizar", deplorou.

João Baptista Borges alertou, igualmente, para o impacto negativo do consumo de água imprópria causado à saúde dos angolanos, destacando a necessidade do tratamento das doenças de origem hídrica, casos das diarreias agudas, schistosemiase (barriga de água), helmintíase e dranculose (verme da Guiné) e as doenças que provocam a cegueira por contacto com as águas dos rios.

"O Conselho tomou nota desta formação, como também registou com preocupação o facto de muitas destas doenças, em algumas regiões do país, terem, do ponto de vista estatístico, uma tendência para aumentarem. Ficou acordado o reforço daquilo que são as medidas preventivas, como é o caso de alargar o acesso a água potável, onde houver focos de maior intensidade na zona rural de doenças de origem hídrica e promover campanhas de sensibilização", referiu.

A reunião, orientada pela Vice-Presidente da República, fez o balance das actividades do CNA no período de 2017-2022, e perspectivas para o quinquénio 2023-2027, tendo procedido a apresentação do Website do Conselho, apreciado as bases gerais de implementação da Taxa de Captação de Água e o processo de Regularização das Concessões e Licenças de Utilização dos Recursos Hídricos, criação da Entidade Gestora do Sistema Hidráulico do Cafu, bem como a reapreciação e aprovação do Regulamento dos Conselhos de Bacias Hidrográficas.

O Conselho analisou, igualmente, os critérios de elaboração dos Planos Directores Municipais de Água e Saneamento e as estratégias para o combate ao garimpo de água em Luanda.

8.4 Empresa de Águas promete 15 mil novas ligações na cidade do Uíge a partir de Janeiro

Jornal de Angola

16 De Setembro 2023

Texto: Valter Gomes

A presidente do Conselho de Administração (PCA) da Empresa de Águas e Saneamento do Uíge (EASU – E.P), Emília Fernandes, disse que a solução para o

problema da falta de água em alguns bairros da periferia da cidade do Uíge está para breve.

A gestora pediu tranquilidade aos moradores, sublinhando que a partir de Janeiro do próximo ano vão ser feitas 15 mil novas ligações domiciliárias num perímetro de 100 quilómetros quadrados, cujos trabalhos de levantamento e sinalização dos pontos já tiveram início.

A falta de água potável para o consumo da população nos bairros periféricos da cidade do Uíge continua a ser uma preocupação dos munícipes, porque o sistema de captação, bombagem, tratamento e distribuição do "precioso líquido" ainda não cobre toda extensão da urbe, abastecendo apenas a zona urbana da cidade e alguns bairros.

A maior parte da população na periferia usa água das cacimbas, furos artesianos, tanques subterrâneos e de pequenos poços feitos pelos moradores.

Emília Fernandes diz que os bairros Bem-Vindo, Quijima, Damba, Gigí, Quindenuco, Tange, GAI, Ana Candande, Orlando Fonseca, Sonangol e outros já estão catalogados para a expansão da rede de distribuição de água potável. Nesta fase, acrescentou, vão ser também concluídas as ligações não feitas nos bairros já abrangidos pelo programa "Água para todos", desde que estes não estejam em zona de risco.

A responsável alertou que, para os terrenos baldios, residências em construção, casas abandonadas, bem como aquelas residências arrendadas e cujos proprietários não honram os compromissos com a empresa, estes não vão ter acesso à água pelo facto de dificultarem o normal funcionamento da rede e o alcance dos objectivos da empresa.

"Estamos a trabalhar com a administração municipal, no sentido de nos fornecer o número de habitantes por cada bairro, de modo a determinar-se o número de ligações domiciliárias necessárias por cada localidade", disse a PCA, acrescentando que os trabalhos de expansão da rede domiciliária estão a cargo da empresa Chinesa CTC, que também vai fazer a construção do novo sistema de abastecimento de água a partir do rio Loge.

Novo sistema de captação e tratamento

A PCA da EASU – E.P avançou que o novo sistema de captação, tratamento e distribuição, financiado pelo Banco Mundial, vai ter uma capacidade de bombear até 16 mil metros cúbicos de água por hora, um reservatório e dois tanques com capacidade para cinco e quatro mil metros cúbicos. O mesmo vai

reforçar o actual, que capta e bombeia, do rio Loé, 630 mil metros cúbicos/hora.

"Enquanto se espera o reforço do novo sistema de abastecimento de água, a rede de distribuição da Centralidade horizonte do Quilumosso oferece boa capacidade e só se utiliza 15 por cento da mesma. Por isso, será feita uma conduta que vai ligar à rede antiga de distribuição de água na sede da cidade do Uíge, para aumentar a quantidade de água a distribuir", disse.

A PCA lembrou que, até 2012, a cidade do Uíge tinha apenas três mil ligações domiciliárias. Actualmente, frisou, conta com mais de 28 mil extensões e os trabalhos prosseguem para abranger mais localidades e atender a demanda da população.

População clama por uma solução urgente

Nos bairros Quindenuco, Gigí, Quixicongo Novo, Sonangol, GAI, Ana Candande, Quijima, Damba, Tange, Quituma e 6ª CIA, todos da periferia da cidade do Uíge, a equipa de reportagem do Jornal de Angola constatou a inexistência de água da rede pública. A população continua a enfrentar enormes dificuldades e clama por uma solução urgente.

"A situação é preocupante. Diariamente, em muitas famílias, são registados casos de diarreia, febre tifóide, schistosoma e outras doenças abdominais, provocadas pelo consumo de água imprópria", disse João Diogo, morador do bairro Gigí. Acrescentou que o aumento do êxodo populacional do centro da cidade para a periferia agudizou a situação, porque grande parte das cacimbas estão a secar e os poucos furos artesianos construídos pelo governo estão obsoletos e já não suportam a demanda da população.

Cientes devem mais de 400 milhões de kwanzas

A presidente do Conselho da Administração da Empresa de Águas e Saneamento do Uíge lamentou o facto de muitos consumidores não pagarem as suas facturas de consumo. Apenas na cidade do Uíge, disse, os clientes devem mais de 400 milhões de kwanzas, sendo que 84 por cento deste valor é referente aos consumidores domésticos.

Emília Fernandes referiu que a situação tem criado uma rotura nos cofres da empresa e a comprometer vários serviços como a aquisição de novas bombas, pagamento de salários, facturas e outros serviços. A gestora avançou que, dentro de dias, a empresa vai efectuar cortes e tomar novas medidas aos devedores.

"A água encontra-se na natureza, mas para chegar até as residências e ser consumida em segurança o governo faz vários investimentos. Por isso, os consumidores têm a obrigação de pagar as suas facturas para assegurar a manutenção do sistema", sublinhou.

Emília Fernandes informou que foram criadas lojas de pagamento com acesso fácil em pontos e bairros estratégicos da cidade do Uíge, como na Centralidade do Quilomosso, nos bairros Mbemba Ngango, Dunga, Paco e Benze, Quilala (CLESE), Candombe-Velho, Papelão, Bem-vindo e outros e existe ainda a disponibilidade para o pagamento por referência nos ATM.

Vandalização de contadores

Outra preocupação é a vandalização dos equipamentos, sobretudo contadores, tubos e outros que permitem a leitura do consumo de água, nos bairros que já beneficiam de água.

A PCA condena o comportamento dos munícipes que vandalizam os equipamentos, considerando que os danos causados diariamente originam retrocesso na expansão do sistema de água para os outros bairros, bem como para a manutenção dos mesmos.

A responsável alertou que o garimpo de água e a vandalização dos equipamentos constituem crimes puníveis por lei. Para tal, está a ser feito um levantamento exaustivo de todos os equipamentos vandalizados para se determinar os prejuízos já causados e aqueles que forem indiciados como autores destes actos vão ser responsabilizados criminalmente.

"Temos nos deparado também com atitudes menos abonatórias. Há moradores que agredem fisicamente os técnicos da empresa em serviço de cobrança, rasgam os vestes e tiram os telemóveis sincronizados com o sistema de facturação em posse dos mesmos. Esta situação não ajuda na boa coabitação da instituição com os consumidores", lamentou.

Bairro Sonangol

No bairro Sonangol não existe nenhum furo artesiano. A água consumida pela população é extraída de uma fonte denominada "murro", com uma elevação acentuada de mais de 300 metros de altura e muitos moradores não conseguem efectuar duas viagens carregando bidões, baldes e banheiras às mãos ou à cabeça.

Nesta localidade, o ponto onde é acarretada a água, o tubo de polietileno que abastece o tanque partiu-se e originou uma lagoa de água suja onde, na época

chuvosa, tudo fica misturado com impurezas, obrigando a população a consumir a mesma água, por falta de alternativa.

Teresa dos Santos, outra moradora do bairro Sonangol, que o Jornal de Angola encontrou a acarretar água no referido poço, lamenta a situação que outros moradores vivem. Lembrou que o tubo transportava água até a um ponto onde se podia obter o líquido em melhores condições. Mas, devido à fragilidade, há três anos que o mesmo quebrou e nunca foi reparado. Por falta de alternativa, disse, os moradores continuam a consumir aquela água imprópria.

"Queremos fazer ouvir o nosso grito de socorro. Como podem constatar, aqui estamos mal. A fonte está localizada numa enorme profundidade que não permite buscar água duas vezes, e a mesma é suja. Vivemos dias difíceis e por essa razão as doenças diarreicas agudas não nos deixam. Muitas das vezes somos obrigados a comprar água nos mototaxistas em outros pontos da cidade", desabafou.

Ponte sobre o rio Gigí

Além da falta de água, as populações dos bairros Gigí, Quindenuco e Quixicongo Novo clamam também pela melhoria da ponte sobre o rio Gigí, que faz a ligação entre as três localidades. O soba adjunto do Quindenuco, Ernesto Manuel, disse que recentemente foi colocada uma estrutura de betão para servir de passagem hidráulica e facilitar a circulação de viaturas na região, mas devido ao seu pequeno tamanho, as águas do rio procuram outro curso, dando abertura a uma vala maior e voltando a impedir os carros e motorizadas de circularem no local.

"Aqui no Quindenuco não temos mercado. A população compra os bens alimentares no outro lado do Quixicongo Novo. A ponte está degradada e os carros e motorizadas não passam e quando cai a chuva a baixa toda fica inundada que, até mesmo a pé, os moradores não conseguem atravessar", disse.

O soba ealçou que a ponte sobre o rio Gigí representa uma necessidade fundamental daquela comunidade, por ser o elo para os bairros com milhares de habitantes. Daí a urgência da sua melhoria, pois faz parte da vida socioeconómica da população, bem como na melhoria da circulação de pessoas e viaturas.

Oportunidade de negócio

À medida que vão aguardando pela expansão da rede de distribuição de água para os seus bairros, alguns moradores tiveram de celebrar contratos com

proprietários de motorizadas de três rodas, vulgo Nambuangongos ou kupapatas, que diariamente recolhem recipientes em suas residências para lhes abastecerem com o produto que acarretam em vários pontos da cidade.

Miguel Feliciano Eduardo, um dos mototaxistas que se dedica a esta actividade há vários anos, nos bairros Sonangol, GAI e Ana Candande, disse que o negócio surgiu diante da necessidade dos moradores, porque nestas localidades não existem fontenários ou cacimbas, sendo obrigados a percorrer longas distâncias com bidões de água.

"Todo esse processo que se conclui com a celebração verbal do contrato, passa por um acerto com os clientes. Cobro 50 kwanzas pelo bidão de 20 litros. É uma actividade cansativa, pois muitos moradores querem água, o que me faz começar com o atendimento a partir das 5 horas da manhã e termina apenas ao entardecer", disse.

Pai de três filhos, Miguel Feliciano Eduardo disse que a actividade é rentável e lhe garante o sustento da família. "Com a mesma construí a minha casa e cobri as despesas com a formação académica e do resto da família".

Bairro Gigí

O presidente da Comissão de Moradores na zona sete do Kibanda, no bairro Gigí, Razão José Luboko, disse que a população utiliza a água do rio Gigí para o uso doméstico, sobretudo na época seca.

O morador alertou que a saúde humana depende da influência do crescente número de substâncias tóxicas existentes na água, no ar, nos solos e nos alimentos e a falta de água potável agudiza ainda mais a situação sanitária da população.

"A falta de água potável nas residências e o saneamento básico constitui um problema grave na vida dos moradores. Por isso, pedimos a intervenção do Governo para uma solução em breve", apelou, acrescentando que, em algumas cacimbas, por causa do excesso de pessoas a procura de água, tem havido conflitos entre moradores, uma situação que deixa preocupadas as autoridades tradicionais.

Bairro Quindenuco

No bairro Quindenuco, a situação não é diferente. O soba adjunto, Ernesto Manuel Pinto, em nome da população, lembrou que há muito tempo que aquela comunidade recebeu a promessa de instalação da rede pública de distribuição de água potável, que nunca foi concretizada. Referiu que na circunscrição vivem mais de sete mil habitantes e todos dependem de um

único poço de água denominado "Kakididi" (barreira), pois apenas o primeiro a chegar leva água limpa e os demais ficam com o líquido já turvo, situação que obriga as mulheres a madrugarem ou procurar outras alternativas.

"A água é vida e saúde. Uma população sem água tratada não está saudável. Estamos preocupados porque, diariamente, os nossos filhos ficam doentes e tememos pelo pior com a chegada da época chuvosa em que somos muitas vezes obrigados a acorrer aos hospitais durante a noite", disse.

Ernesto Manuel Pinto sublinhou que todas as manhãs os moradores são forçados a percorrer longas distâncias para procurar água com alguma qualidade, visto que as cacimbas existentes no bairro já não oferecem condições, por estarem no meio de residências, próximo de casas de banho e junto de depósitos de lixo arrastado pelas chuvas.

"Os moradores dos bairros Quindenuco, Gigí e parte do Quixicongo Novo, todos circunvizinhos, com uma população estimada em mais de 20 mil habitantes, recorrem ao único fontenário, o Kakididi, onde homens e mulheres, com bidões e baldes às mãos e a cabeça, madrugam para conseguir um pouco de água para o consumo", lamentou.

8.5 Sector da Energia e Águas quer melhorar sistema de cobrança".

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2023

Texto: Arão Martins

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, afirmou, quarta-feira, em Benguela, que as empresas do sector enfrentam ainda significativas dificuldades com o processo de arrecadação de receitas provenientes da actividade de cobrança, mas estão em curso acções para a melhoria do desempenho.

João Baptista Borges, que falava na abertura do 12º Conselho Consultivo Alargado do sector da Energia e Águas que decorreu até quinta-feira, na cidade das Acácias Rubras, disse que, embora se registe uma melhoria considerável, ainda assim, o sector está aquém do que se necessita.

Referiu que, a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), que assegura a comercialização de grande parte da energia produzida, não tem ainda um sistema de gestão comercial eficiente, existindo um défice de contadores nos grandes clientes.

No segmento de Baixa Tensão, a ENDE conta com 1 milhão 955 mil consumidores, dos quais, 701 mil têm contadores em sistema pré-pago, 84 mil no sistema pós-pago e 1 milhão e 170 mil estão sem contagem.

O ministro da Energia e Águas indicou que, no segmento de Média Tensão existe, em todo o país, um total de 7.782 clientes, dos quais 3.678 têm o sistema de contagem, e o restante 4.104 não têm.

Para além disso, salientou, o sistema de gestão incluindo a base de dados dos clientes necessita de urgente modernização.

Garantiu que "esforços" estão a ser feitos e terão de ser redobrados para que os níveis de aumento das cobranças da ENDE superem o crescimento do consumo anual que é de cerca de 9 por cento em média, pois, "a não ser assim, as perdas que actualmente assistimos em 27 por cento vão aumentar para níveis difíceis de recuperação".

O ministro da Energia e Águas sublinhou que, as acções de vandalismo e sabotagem vão assumindo proporções cada vez mais preocupantes em todo o território nacional.

Segundo disse, tal facto afecta, não só as condutas de água e sistemas de iluminação pública, com o roubo de cabos, como agora acontece, incluindo torres de alta tensão.

Mais electricidade

Para o sector eléctrico, e no seguimento de produção referiu o governante, as grandes prioridades centram-se na continuidade das obras de construção de Caculo Cabaça e a conclusão de Laúca, este último, sublinhou, já em funcionamento pleno, bem como a diversificação da matriz energética nacional com a incorporação da energia solar fotovoltaica.

Ainda sobre o segmento da produção, referiu, também, a central de Luachimo, outra obra hidroeléctrica importante, que entrou em reabilitação em 2017 e voltará a entrar em serviço durante o presente ano. Salientou que existe, também, a central do rio Cunji, município de Camacupa (Bié) que vai entrar em serviço mais de 35 anos depois de ter sido destruída pela guerra. Até Dezembro prevê-se a conclusão da central Fotovoltaica do Luena (Moxico), com cerca de 20 MW, a de Saurimo que será concluída no início do próximo ano e a do Cuito (Bié) e o Bailundo (Huambo).

"Com este investimento, vai se totalizar uma capacidade fotovoltaica instalada de 370 megawatts",

informou, depois de avançar que a iniciativa vai contribuir na diversificação da matriz energética.

Destacou a interligação entre o Huambo e o Lubango (Huíla), com a construção, agora, da linha Gove (Huambo)-Matala (Huíla) e no futuro da linha Huambo-Lubango, já no âmbito do crescimento da rede eléctrica nacional constituem outros ganhos do sector.

Referiu ainda, as ligações entre o Gove (Huambo)-Menongue (Cuando Cubango), Lubango (Huíla)-Ondjiva (Cunene), passando pela Cahama e as ligações com o Leste entre as Lunda Norte e Sul com o Moxico).

Anunciou que a pretensão do sector é de atingir as áreas fronteiriças com recurso a soluções que provavelmente em parcerias público-privadas. No âmbito da expansão da rede de distribuição, o grande objectivo é, até ao final do mandato, que a taxa de acesso à electricidade atinja os 50 por cento.

Financiamento nas águas

Quanto ao abastecimento de água e saneamento indicou que, o segmento conta com o financiamento de fontes multilaterais de crédito, como são os casos do Banco Mundial e Banca Africana de Desenvolvimento.

Destacou o programa de combate à seca, salientou, inclui um vasto conjunto de obras que totalizarão 4 mil milhões de dólares, que se estenderão às províncias da Huíla e do Namibe, com a adopção de soluções já projectadas e elevadas à discussão dos conselhos de auscultação das comunidades.

As prioridades passam não só por Luanda, mas, por cidades capitais que ainda não possuem sistemas de abastecimento dimensionados para a população existente. O sector da água vai, segundo o ministro, finalmente, ver construídos os sistemas das águas residuais nas cidades costeiras de Benguela, Lobito, Catumbela e Luanda.

8.6 Canal do Cafu com elevados níveis de acumulação de água

Jornal de Angola

29 De Setembro de 2023

Texto: Arão Martins

O Canal do Cafu, inaugurado em Abril, do ano passado, no quadro de um Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola, permitiu, até ao princípio deste mês, reabilitar represas inoperantes há mais de 50 anos, dando lugar à acumulação de água

para abastecimento à população e para fins produtivos.

O director do Gabinete da Bacia do Cunene,

Cuvango e Cuvelai, Carlos Mendes, que prestou estas informações à margem do 12º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, que ontem encerrou, em Benguela, considerou ser essa uma das evoluções mais marcantes do programa que se estende às províncias da Huíla e Namibe, envolvendo um valor global de quatro mil milhões de dólares.

Estão a ser adoptadas soluções em discussão pelos conselhos de auscultação das comunidades, ao mesmo tempo que se verifica uma acumulação de reservas de água que estão também a beneficiar, além da população, o abeberamento do gado e a fomentar a agricultura na Cahama e Curoca.

"Sabemos todos que o município do Curoca também é muito afectado pelos efeitos da seca. Neste momento, estão a ser reabilitadas pequenas barragens e será construída uma barragem no rio Caculuar, no município da Cahama, denominada Cova do Leão", anunciou.

O Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola teve início com a transferência da água da Bacia do Cunene para a do Cuvelai, estando em curso, neste último, o investimento em duas barragens, a do Undue e do Calucuve, projectadas para cobrir as necessidades de abastecimento do Cunene levados a cabo pelo Instituto Nacional de Recursos Hídricos.

Evitar o êxodo

Segundo o responsável, o grande objectivo é assegurar água potável para o abastecimento das populações, para que desenvolvam as grandes actividades económicas e atinjam benefícios que evitem deslocações para outras localidades, incluindo o êxodo das zonas rurais para os centros das cidades.

Para as províncias da Huíla e Namibe estão a ser estudadas soluções do ponto de vista de exploração de águas subterrâneas e de águas superficiais, com a construção de barragens que têm o objectivo de represar para atender as populações dessas áreas.

Destacou as acções no município dos Gambos, província da Huíla, uma região muito afectada de forma cíclica pelos efeitos da seca, estando projectada a construção de barragem na Chibia para atender os Gambos com canais, construção e reabilitação de chimpacas, anunciou o director.

O programa, considerou, "é de facto robusto e visa dar solução a esses problemas cíclicos de seca", sendo a meta estender o alcance até à província do Cuando Cubango.

A nível do Cunene, nota-se que as populações já estão a beneficiar dos seus efeitos positivos do Canal do Cafu.

A obra foi executada em 18 meses, até Abril do ano passado, como o primeiro de quatro projectos concebidos pelo Executivo no âmbito do Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul do país, tendo sido inaugurado pelo Presidente da República, João Lourenço.

O primeiro de uma série de projectos do género estabelecidos no âmbito do programa, o canal consiste num sistema de captação e transferência de água do rio Cunene para várias povoações, através de um canal adutor com 160 quilómetros de extensão, ao longo dos quais foram construídas 30 chimpacas (locais para abeberamento do gado), com capacidade para 30 milhões de litros cada.

Os dados técnicos do projecto indicam que a obra vai beneficiar uma população calculada em 235 mil habitantes, vai permitir o abastecimento de água a 250 mil cabeças de gado e a irrigação de 15 mil hectares, além de garantir 3.275 empregos directos.

8.7 Projecto Cafu recupera represas inoperantes

Novo Jornal

29 De Setembro de 2023

Texto: Arão Martins

O Canal do Cafu, no Cunene, permitiu, até ao princípio deste mês, reabilitar represas que há mais de 50 os estavam destruídas e já beneficiam as populações.

O director do Gabinete da Bacia do Cunene, Cuvango e Cuvelai, Carlos Mendes, que prestou tal informação à margem do 12º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, que terminou hoje, em Benguela, disse que os sistemas já estão a permitir acumular água e a abastecer as populações.

A acção, disse, faz parte do programa de combate à seca, que inclui um vasto conjunto de obras que totalizarão 4 mil milhões de dólares, que se estenderão às províncias da Huíla e do Namibe, com a adopção de soluções já projectadas e elevadas à

discussão dos conselhos de auscultação das comunidades.

Carlos Mendes afirmou que, actualmente, fruto do trabalho já desenvolvido, está-se a acumular quantidades de reserva de água que estão também a beneficiar, quer os animais e a fomentar a agricultura na Cahama e Curoca. O director do Gabinete da Bacia do Cunene, Cuvango e Cuvelai, Carlos Mendes, afirmou que, o programa de combate aos efeitos da Seca, teve o seu início com projecto de transferência da água da bacia do Cunene, para a bacia do Cuvelai, no âmbito do projecto Cafu e os resultados são satisfatórios.

Disse que está, também, em curso, a construção de duas barragens no município do Cuvelai. Referiu as barragens do Undue e do Calucuve, que no fundo, segundo ele, acabam por cobrir as necessidades prementes de abastecimento de água e, sobretudo, do abeberamento do gado e agricultura, para a província do Cunene.

Os projectos, salientou, estão a ser levados a cabo pelo Instituto Nacional de Recurso Hídricos. Referiu que, também, estão em curso obras para assegurar águas nos municípios da Cahama e do Curoca, no Cunene.

"Sabemos todos que o município do Curoca, também, é muito afectado pelos efeitos da seca, neste momento, estão a ser reabilitadas pequenas barragens e, também, será construída ma barragem no rio Caculvar, no município da Cahama, denominada "Cova do Leão.

Segundo o responsável, o grande objectivo é assegurar água potável para o abastecimento das populações e, desenvolverem as grandes actividades económicas.

Com o ganho, sustentou, a meta é de proporcionar o desenvolvimento da própria população sem ter que se deslocar a outras localidades, evitando até a emigração de pessoas das zonas rurais para os centros das cidades.

"Estão, também, gisado e já em curso vários outros projectos para atender as províncias da Huíla e do Namibe, particularmente".

9. AMBIENTE

9.1 Garimpo de areia no “cavaco”: entre a sobrevivência humana e os danos ao ambiente

Novo Jornal

15 De Setembro de 2023

Texto: Ilídio Manuel e Edson Fortes

O célebre poema do dramaturgo, poeta e encenador alemão Freidrich Brecht as- senta como uma luva ao fenómeno que se regista no rio Cavaco: "Do rio que tudo arrasta se/diz que é violento/mas ninguém 'diz violentas as/ margens que o comprimem". As sistemáticas agressões humanas ao ecossistema, por via dos resíduos sólidos lançados ao rio ou deixados nas suas margens, aliadas à exploração irracional de inertes e à falta de desassoreamento do seu leito, trouxeram consequências negativas para o Cavaco. De tão comprimidas e oprimidas, as margens do rio so-freram, nestes últimos 40 anos, um alargamento de 60 para os actuais 200 metros, tendo levado ao desaparecimento da cintura verde que antes existia nas suas bordas.

No leito arenoso do Cavaco, um rio que nasce no Bocoio, município do Cubal, que corre em direcção ao mar, homens, mulheres e crianças extraem areia para a sua comercialização. Eles vivem um dia de cada vez, ou melhor, em função dos resultados das vendas do inerte, o que nem sempre acontece. "Depende da sorte. Há dias em que não vendemos e ficámos sem comer", queixa-se uma das vendedoras de areia que tem sido usada na construção civil.

Por esta altura do ano, o Cavaco é um rio seco e pacífico, devido à falta de chuvas que tardam a cair, um mês depois do fim da época de cacimbo.

Intermitente e sinuoso, o rio serpenteia entre vales e montanhas, numa distância de 125 quilómetros, desde a fonte até à foz, na Baía das Vacas, em Benguela, onde desaparece, engolido pela imensidão das águas salgadas do Atlântico.

Na margem direita do Cavaco, mais concretamente no bairro Calo manga, à saída de Benguela em direcção ao município da Catumbela, há vários amontoados de areia à espera de clientes, assim como acumulados de lixo, que são diariamente depositados pelos moradores daquela circunscrição benguelense.

Dobradas pela cintura, com auxílio de pás, mulheres e crianças, muitas das quais de tenra idade, enchem bacias e outros recipientes de areia que depois

transportam à cabeça até à margem do rio. Muitas dessas crianças nunca conheceram o aconchego de um banco escolar ou, se o conheceram, viram-se forçadas a abandoná-lo por falta de recursos financeiros dos pais.

Ana Paula, 66 anos, 24 dos quais dedicados à extracção de areia, confessa que já não tem forças que lhe permitem acarretar os inertes. Vergada ao 'peso' da idade, recorda, com tristeza estampada no rosto, a vida difícil por que passou, sobretudo na época chuvosa, quando mergulhava no leito do rio.

Mãe de sete, dos quais só dois sobreviveram, Ana viu-se 'obrigada' a ganhar a vida no leito do Cavaco, pouco tempo depois da morte do seu companheiro.

Diz que, no seu tempo, o Cavaco não era seco, mas um rio vivo, alimentado de forma permanente a partir de uma barragem a montante.

Apesar dos riscos que resultavam da extracção de areia no tempo chuvoso, Ana não se lembra de alguém que tivesse sucumbido por afogamento.

Hoje, sem forças para acarretar os inertes do rio, sobrevive da ajuda das suas filhas e da agricultura que pratica no leito do Cavaco. Ana aponta para uma pequena plantação à sua frente, onde cultiva milho e hortofrutícolas. Não lamenta apenas a perda dos seus cultivos quando o rio se enche das águas das chuvas, mas também dos laráprios que, na calada da noite, roubam os produtos da sua horta.

À pergunta se alguma vez tinha sido abordada pelo programa do Kwenda, a mulher responde "não", ao mesmo tempo que meneia a cabeça em sinal de negação.

Para ela, o Kwenda estará mais virado para as pessoas que vivem no meio rural, em detrimento das que habitam as zonas periurbanas das cidades.

O garimpo de areia não envolve apenas progenitoras, mas também os seus 'relentos', sendo os casos mais comoventes e Adelina Manuel, de 9 anos, e da sua irmã Joana, de sete anos. A mãe dessas duas crianças, que não se quis identificar, carregava às costas uma bebé de dois anos, cujo futuro poderá não ser também risonho.

As duas irmãs nunca frequentaram uma escola, porque a mãe não tem recursos financeiros para suportar os seus estudos, como a própria reconheceu.

À conversa com a nossa reportagem, Adelina confessa que ela e a irmã muito gostariam de "ir à escola para aprender a ler, escrever e fazer contas".

Com a ajuda de uma filha, de 11 anos, Joana Chilombo, 35 anos, peneira a areia depois de extraí-la do leito do rio. Ganha 10 mil Kwanzas por cada carrada que vende aos motociclos de três rodas, vulgo 'caleluias'.

Joana diz que vende areia refinada para ajudar o seu marido a fazer face às despesas escolares dos seus cinco filhos.

À semelhança das demais mulheres que um dia deixaram os seus municípios do interior em busca de melhores condições de vida nos centros urbanos, viu-se forçada a arranjar meios para a sobrevivência no leito seco do Cavaco.

Diz que não beneficia do Kwenda, pelo que aproveita a ocasião para apelar a quem de direito para tornar o programa social mais inclusivo.

Armando Saungo, 30 anos, é pedreiro de profissão, mas, devido à falta de trabalho no seu ramo, optou pelo negócio dos inertes. Na altura em que o abordámos, acabava de juntar um monte de areia para ser transportado até à margem do rio.

"Quando não tenho trabalho na pedreira, vendo areia ou ajudo a carregar os camiões. Ganho pouco, mas é sempre melhor do que ir roubar", confessa Armando, que tem mulher e dois filhos por sustentar.

Diz que tem a 9.ª classe e que, por falta de capacidade financeira, não conseguiu dar continuidade aos seus estudos.

O jovem pedreiro emprestado ao garimpo de inertes lamenta a falta de um centro de saúde na calomanga, o que tem obrigado, segundo ele, os moradores a deslocar-se a vários quilómetros até ao bairro da Fronteira.

"O Cavaco 'dá de comer' às várias famílias que têm na extracção de areia o único meio de sobrevivência, sobretudo as mulheres, cuja maioria exerce o duplo papel de mãe e pai", diz Correia Armando, 53 anos, coordenador do bairro Calo manga, quando abordado pela nossa reportagem, no seu modesto gabinete de trabalho, próximo do rio Cavaco.

De acordo com o responsável, a extracção de areia não só ajuda os jovens a atenuar os efeitos do desemprego, como também a afastá-los da delinqüência.

"Há muitos jovens que consomem bebidas alcoólicas para depois envolverem-se em brigas violentas", adverte o coordenador, que é, igualmente, agente policial.

Questionado sobre o depósito de lixo numa das margens do rio, Correia Armando lamenta que isso esteja a acontecer, mas garante que a administração e o soba do bairro têm procurado sensibilizar os moradores sobre os perigos que isso representa para a saúde humana e para o meio ambiente, já que os resíduos sólidos em época chuvosa são arrastados para o mar.

Considera a falta de empregos, de centros de saúde, escolas e o vandalismo os principais problemas que afligem a Calomanga.

9.2 Estudo sobre direitos ambientais e humanos é apresentado hoje

Jornal de Angola

27 Setembro de 2023

Texto: Lourenço Bule

O Instituto Angolano "MOSAIKO" apresenta, hoje, na cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, um estudo sobre direitos ambientais e humanos no país.

O evento vai decorrer em simultâneo na cidade do Luena, província do Moxico.

O estudo sobre direitos ambientais e humanos em Angola foi realizado no âmbito do projecto USAKI: Somos Ambiente, com apoio financeiro da União Europeia e co-financiamento do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

Segundo um documento do Instituto Angolano "MOSAIKO", para a elaboração do projecto, que começou em Fevereiro de 2022, foram realizados vários estudos nos municípios dos Bundas (Moxico) e Menongue (Quando Cubango), destacando as condições de vulnerabilidade sobre a perspectiva da violação dos direitos humanos provocada por questões ambientais.

Outra constatação do estudo é a ausência de uma voz activa das comunidades para reivindicarem e defenderem os seus direitos ou informação suficiente para participarem conscientemente na tomada de decisões, o que poderia resultar num maior envolvimento na gestão dos recursos naturais.

O estudo foi concebido para apoiar o trabalho de formação, capacitação e empoderamento das comunidades mais expostas aos riscos e possíveis desastres ambientais (consequências da indústria extractiva, poluição e desflorestação massiva) e para servir de base a uma advocacia forte, para proteger e respeitar os direitos do ambiente em Angola.

O director-geral do Instituto Angolano MOSAIKO, Júlio Candeeiro, lembrou a frase de campanha do projecto USAKI: "Defender o meio ambiente é lutar pelos direitos humanos", para realçar que "cada pessoa, a seu nível, tem a obrigação de se envolver nesta luta, para o bem-comum".

"Lutemos, em conjunto, pelo direito ao ambiente ou desaparecemos enquanto espécie", alertou.

Na última década, explicou, o país registou "uma taxa anual de perda florestal de 332.982 hectares, ou seja, perdeu-se 27.749 hectares por mês e diariamente 925 hectares, segundo o estudo sobre direitos ambientais e humanos em Angola.

10. GÉNERO E VIOLÊNCIA

10.1 Polícia Nacional está preocupada com o aumento da criminalidade

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2023

Texto: Weza Pascoal

O comando da Polícia Nacional (PN) de Luanda está preocupado com o aumento de crimes registados nos nove municípios, alguns com o envolvimento de efectivos das empresas privadas de segurança, informou, ontem, o segundo comandante provincial da corporação.

Mateus André, que falava durante um encontro com os representantes das empresas privadas de segurança, decorrido no Comando Provincial de Luanda, apontou a falta de formação especializada dos guardas e a inexistência de acções de controlo e supervisão nos distintos postos de trabalho como as principais causas para o aumento dos crimes.

O comissário disse que, nos últimos seis meses, a Polícia Nacional registou um total de 72 crimes diversos, envolvendo efectivos das empresas de segurança privada e o furto ou extravio de 42 armas de fogo, já recuperadas. "A situação é preocupante, porque as armas em questão têm sido utilizadas pelos marginais para o cometimento de vários crimes", lamentou.

As empresas de segurança privada, continuou, como parceiros estratégicos da Polícia Nacional, devem trabalhar em estreita colaboração com as forças da ordem, para erradicar casos do género. Alguns efectivos das empresas de segurança privada, destacou, actuam directamente no cometimento destes crimes ao facilitarem a obtenção de armas de fogo aos marginais.

Durante o encontro, com a presença de representantes de mais de 200 empresas de segurança privada, o comissário Mateus André referiu que, apesar dos crimes registados, a situação da criminalidade em Luanda está sob o controlo da Polícia Nacional.

Trimestralmente, avançou, a instituição tem realizado encontros formativos e informativos com as empresas privadas de segurança, com o objectivo de avaliar o seu grau de funcionamento.

Capacitação

O representante das empresas privadas de segurança a nível nacional, Sebastião Dala, disse que a organização vai trabalhar, cada vez mais, na formação e capacitação dos efectivos a actuarem no ramo privado, no sentido de reverter o actual quadro e continuar com a missão de proteger os clientes e os seus bens.

A nível interno, referiu, está em curso a discussão sobre a questão da melhoria das condições de trabalho e de salário dos trabalhadores de segurança privada, para chegar ao nível do actual ordenado mínimo nacional. "Todas as empresas que se negarem a este pagamento vão ser responsabilizadas criminalmente", assegurou.

Substituição gradual das armas de fogo

O chefe de Departamento de Segurança Pública e Operações do Comando Provincial de Luanda explicou que a Polícia Nacional está a realizar o processo de substituição gradual das armas de fogo das empresas privadas de segurança.

Lázaro Conceição adiantou que actualmente as empresas de segurança ainda usam armas de calibre 7.62, utilizadas em períodos de guerra, mas que estão ser substituídas para as de calibre 12, usadas para a defesa pessoal.

O superintendente chefe informou que apenas seis empresas estão licenciadas para importar as armas. "As empresas privadas de segurança devem adquirir as armas a partir destas. Todas as empresas vão actuar sob o controlo da Polícia Nacional", garantiu.

As armas em vigor, referiu, estão a ser substituídas, por terem sido adquiridas em período de guerra e o controlo não ter sido eficiente. "Por esta razão, as armas vão ser retiradas. É ainda uma forma de a Polícia Nacional ter um melhor controlo das armas", disse.

Doravante, esclareceu, cada arma vai possuir um livrete, para facilitar no controlo e, de acordo com as regras actuais, estas não podem ser transferidas de uma empresa para outra. "Se por acaso a empresa for extinta, as armas são revertidas a favor do Estado, que posteriormente vai fazer a penhora de forma controlada, evitando o extravio ou proliferação de armas de fogo em mãos de quem não as deve ter", adiantou.

II. INVESTIMENTOS CHINÊS EM ANGOLA

II.1 Equipa Económica trabalha na Câmara de Comércio Angola-China

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2023

Uma equipa de vários ministros do Executivo angolano trabalha hoje, na Câmara de Comércio Angola-China, lideradas pelo chefe da Equipa Económica.

José de Lima Massano vai reunir-se com empresários chineses, detentores de empresas com investimentos do país asiático, mas de pleno direito angolano.

Para além das abordagens sobre os investimentos feitos e outros em fase de realização, o ministro de Estado para a Coordenação Económica vai visitar quatro projectos.

Trata-se da Cidade do Século de Angola, do Grupo Niodior; Fábrica de Aço, da Real Mirabilis Comércio Geral; Nova Era Centro Comercial, Grupo African Sunrise Investment e o projecto Orlando Residencial, do Grupo H&S.

Estas quatro empresas e os projectos são parte das firmas de direito angolano com capital chinês, às quais se juntam a Agrisand Comércio Geral e a Sino-Ord Parque Industrial, respectivamente.

No recente Fórum de Negócios Angola - China, realizado, em Julho, o ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, pediu mais investimentos do parceiro asiático, com primazia para a produção de alimentos, habitação, indústria transformadora e comércio.

Dados avançados naquele certame estimaram em mais de 400 as empresas chinesas em Angola e um stock de investimentos de mais de 24 mil milhões de dólares. Na área da agricultura, por exemplo, a China tem empresas a explorar fazendas com experimentos bem sucedidos na produção de sorgo vitivinícola, que permitiu já uma colheita significativa de arroz híbrido de alto rendimento.

O embaixador cessante da China em Angola, Gong Tao, expressou, na ocasião, a vontade do Governo e empresários chineses de reforçarem as trocas e investimentos com o país. É exemplo dessa vontade, adiantou, o facto de, nos últimos anos, além de

petróleo, Angola expedir para China café, cerveja, granito e vários outros produtos de origem.

O Fórum de Negócios Angola - China (FONAC) marcou as celebrações dos 40 anos de cooperação e relações bilaterais.

Angola é, actualmente, dos dois maiores parceiros da China em África e, desde 2002, os dois países reforçaram as trocas de missões e acordos de investimentos, tornando-se a China no maior detentor da dívida externa angolana.

O FONAC foi realizado logo a seguir a realização do Fórum de Cooperação China - África (FOCAC), uma plataforma para o diálogo colectivo e um mecanismo eficaz e pragmático no desenvolvimento internacional, além de ser um modelo de cooperação Sul-Sul.

A Câmara de Comércio Angola - China reúne mais de 100 empresas individuais, entre pequenas, médias e grandes empresas chinesas.

Luís Cupenala, o presidente da CCAC, reitera, em diversas ocasiões, sobre o olhar mais profundo que se deve ter para com as empresas chinesas, não só pela sua grandeza em termos de mobilização de capital, criação de empregos e capacidade de revolução tecnológica, mas, sobretudo, por as mesmas empresas servirem de "embaixadoras" desta que é das maiores economias do globo.

II.2 Angola e China preparam assinatura do Acordo de Protecção Recíproca de Investimentos

Jornal de Angola

24 De Setembro de 2023

Texto: Paulo Caculo

Angola e a China preparam a assinatura, em breve, de um Acordo de Protecção Recíproca de Investimentos, revelou, sábado, em Luanda, o ministro de Estado para a Coordenação Económica.

José de Lima Massano fez tal pronunciamento, na sequência da visita de trabalho efectuada à sede da Câmara de Comércio Angola-China e às instalações de quatro empresas de direito angolano com capital chinês, nomeadamente Grupo Niodior, Real Mirabilis Comércio Geral, Grupo African Sunrise Investment e Grupo H&S, bem como aos projectos Cidade do Século de Angola e Fábrica de Aço, ambos localizados em Viana, Nova Era Centro Comercial,

em Cacucaco, e Orlando Residencial, situado na Centralidade do Kilamba.

O acordo, disse, já está fechado entre as autoridades chinesas e angolanas e, neste momento, via canais diplomáticos, ambos os países estudam o acerto das datas e o local para a assinatura do importante instrumento de cooperação.

O Ministro de Estado reafirmou, ainda, que o Executivo assumiu um compromisso firme com a execução de políticas que visam o fomento da produção nacional, garantam mais emprego, maior autonomia ao país, maior segurança alimentar e melhores condições de vida aos cidadãos.

"A nossa presença revela, por isso, o compromisso do que com a comunidade empresarial o Governo angolano vem desenvolvendo para assegurar que todo o processo de transformação da nossa economia e da nossa sociedade possa ocorrer de forma coordenada, organizada e que possamos tirar os verdadeiros benefícios de todo este trabalho que, em conjunto, tem de continuar a ser desenvolvido. A segurança alimentar está, também, no centro da nossa agenda", disse.

José de Lima Massano reconheceu, ainda, o esforço daqueles que mesmo em momentos difíceis continuam a apostar em Angola.

Para sustentar que o compromisso assumido pelo Executivo com os produtos "made in Angola" é, de facto, sério e seguro, o ministro de Estado afirmou que se vão continuar a tomar medidas, "algumas difíceis, mas necessárias", para tornar o país melhor para todos.

"Estamos também presentes com o sentido de, além de tentarmos compreender quais são as dificuldades para permitir que os vossos investimentos possam continuar a ser implementados no nosso país, também expressar o nosso reconhecimento e agradecimento por acreditarem nesta Angola", acrescentou, dirigindo-se aos empresários chineses, na presença do presidente da Câmara do Comércio Angola-China, Luís Cupeñala, e do primeiro secretário da Embaixada da República Popular da China em Angola, Xiong Wei.

Instabilidade de preços

Pese o facto de a produção nacional ser já um facto, José de Lima Massano confessou haver, ainda, dificuldades com a questão da estabilidade dos preços, tendo admitido ser esse o "grande desafio" da economia, apesar de ter sublinhado que o exercício económico de 2022, comparativamente aos anos anteriores, foi positivo.

"Mas, em 2023, acabamos por estar muito impactados com o comportamento do sector petrolífero, tivemos um recuo nos primeiros quatro meses deste ano, de cerca de 8% do sector petrolífero, mas estamos a prever que, este sector, até ao final do ano, tenha uma ligeira recuperação. O recuo há de ser em torno dos 6%", acrescentou, para em seguida assegurar que o sector petrolífero é, ainda, o maior gerador de recursos cambiais para a economia nacional, representando cerca de 95 por cento.

O ministro de Estado justificou a irregularidade nos preços com o facto do país confrontar-se, ao nível da produção nacional, com muitos factores de importação, "em alguns casos de matéria-prima", e, também, "em muitos casos de equipamentos", cenário que disse transmitir esta variação da taxa de câmbio, para o que é produzido em Angola.

A solução, prosseguiu José de Lima Massano, passa pelo país conquistar "maior integração", destacando, igualmente, a necessidade de se produzir em "maior escala", embora "já se vai produzindo um pouco de tudo".

"No segmento alimentar, fazer a transformação do que produzimos no próprio país. Isto vai concorrer para uma menor pressão nesta vertente cambial, mas sobretudo dar maior autonomia e maior resiliência à nossa economia", sublinhou, advertindo que enquanto o país for muito dependente de importações continuará a viver estas situações. "No nosso exercício de diversificação da economia, que falamos muitas vezes, e queremos acções mais concretas, anunciamos um pacote de medidas que tem este propósito: estimular e dinamizar o potencial da economia angolana. Vai, também, permitir que tenhamos condição de resistir melhor à volatilidade quer da produção, quer do preço do barril do petróleo", explicou.

Integraram a delegação do ministro de Estado, os secretários do Presidente da República para o Sector Produtivo e para os Assuntos Económicos, ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, secretários de Estado das Obras Públicas, da Energia e Águas, Trabalho e Segurança Social e o vice-governador de Luanda para a Área Económica.

"Alguns grossistas recusam-se a adquirir produtos feitos em Angola"

José de Lima Massano manifestou preocupação com as grandes contrariedades enfrentadas pelo Executivo nos desafios de fomento da produção nacional, tendo

denunciado o facto de haver importadores que se recusam a comprar produtos de origem angolana.

"A nossa grande preocupação é o facto de se recusarem a adquirir produtos que são feitos em Angola. Temos alguns grossistas que se recusam a adquirir produtos que temos disponíveis no país", afirmou o ministro de Estado para a Coordenação Económica, garantindo haver os "mais variados argumentos" para tentar inverter o quadro, augurando o bom senso de todos.

Massano disse, ainda, que o país tem de continuar a ganhar "resiliência" na economia, "maior consistência", assegurando haver sensibilidade para olhar para a componente de protecção de quem produz em Angola, "independentemente de ser empresa de capital angolano ou estrangeiro". "A decisão que tomamos fez com que alguns operadores para determinados produtos reduzissem a oferta dos mesmos. O que vamos assistir, particularmente no segmento de bens alimentares, é que alguns dos produtores nacionais vão encontrando dificuldades na colocação dos seus produtos, porque há uma forte concorrência de produtos importados", revelou.

"Na próxima semana vamos reunir com os principais produtores de bens alimentares, nesta condição, assim como grossistas e tentar aproximá-los. A ver o que ainda nos divide e se deste exercício conseguimos encontrar consensos e criarmos estabilidade", anunciou o ministro de Estado, que assegurou haver iniciativas concretas em curso, no âmbito das medidas de estímulo à economia, como é o caso da "simplificação dos processos de exportação".

11.3 Angola é um país importante em África e com melhorias no ambiente de negócios

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2023

Texto: Paulo Caculo

O primeiro-secretário da Embaixada da China, Xiong Wei, considera Angola um país importante em África, por ter uma situação política estável, mercado aberto e melhorias contínuas do ambiente de negócios.

Xiong Wei, que discursava, sábado, na sede da Câmara de Negócios Angola-China, por ocasião da visita de trabalho do ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, fez questão de assegurar que a China tem sido sempre optimista quanto às perspectivas de desenvolvimento de Angola e confiante no desenvolvimento futuro da

cooperação económica e comercial entre os dois países.

A China, de acordo com o primeiro-secretário da Embaixada do gigante asiático, é pioneira em investimentos em Angola, tendo ressaltado que, após o fim da guerra civil, as "empresas chinesas vieram para esta terra fazer comércio, montar projectos e construir fábricas", destacando o facto de o seu país se ter tornado no principal parceiro dos angolanos no processo de reconstrução nacional e do arranque económico do país, no pós-guerra.

"Reforçaremos as sinergias estratégicas com Angola e continuaremos a apoiar empresas com potencial e boa reputação a realizar diversas formas de cooperação e aplicação de investimentos no país, nomeadamente nas áreas da Agricultura, Indústria, Infra-estruturas e Formação de Recursos Humanos", acrescentou o diplomata.

Xiong Wei disse que a China espera que o Governo angolano forneça a orientação e indique os apoios necessários, para que as empresas chinesas continuem a investir no país, frisando estar ciente de que, "com o apoio de vários departamentos ministeriais e das demais instituições", as empresas chinesas beneficiarão de um melhor ambiente de negócios e "Angola vai atrair mais e melhores investimentos chineses". Para o primeiro-secretário da Embaixada no país, a China é uma "fonte importante de investimento estrangeiro em Angola", sublinhando, especialmente, os 10 anos desde o lançamento da iniciativa "Cinturão e Rota".

"O investimento da China em Angola conheceu um aumento significativo e de acordo com dados da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX), em Fevereiro de 2023 a China ocupava o quarto lugar em termos de montantes investidos no país", revelou o diplomata.

As estatísticas preliminares, segundo Xiong Wei, atestam que, até ao momento, o número de empresas chinesas em Angola já ultrapassou as 400 unidades, com investimentos superiores a 24 biliões de dólares.

"O investimento chinês promoveu, efectivamente, a diversificação económica de Angola. Na Agricultura, as empresas chinesas investiram e administraram diversas fazendas em Angola. O cultivo de sorgo para a fabricação de cerveja e de arroz híbrido de alto rendimento tiveram sucesso e alcançaram uma colheita abundante", assegurou.

No que ao sector Industrial diz respeito, o responsável da missão diplomática chinesa no país sublinhou os investimentos na produção de

motocicletas, aparelhos de ar-condicionado, bem como o fabrico de produtos de limpeza de utilização diária, "profundamente apreciados pelos consumidores angolanos"

"Foram, ainda, criadas fábricas de perfis de liga de alumínio, azulejos cerâmicos e placas de gesso, para ajudar a preencher as lacunas industriais e promover a diversificação das exportações", afirmou, para em seguida destacar, no Comércio, a inauguração de centros comerciais.

"Os carros, electrodomésticos e pequenos produtos fabricados na China distribuídos pelas empresas chinesas proporcionaram ao povo angolano uma selecção mais abundante de produtos e, também, promoveram a optimização da estrutura de cooperação económica e comercial entre a China e Angola", destacou o diplomata.

Xiong Wei realçou, a finalizar, o facto de os investimentos chineses na economia digital terem ganho um forte impulso em Angola, sobretudo após a inauguração, em 2022, pelo Presidente João Lourenço, em Luanda, do Parque Tecnológico da Huawei, com investimento superior a 80 milhões de dólares norte-americanos.

"Empresas como a Chinangol, Anxing e ZTE investiram em serviço de táxi e plataformas de pagamento e linhas de montagem de telemóveis.

Pode-se dizer que o investimento chinês criou um grande número de empregos locais e receitas fiscais e promoveu, eficazmente, o desenvolvimento sustentável da economia angolana", sustentou o diplomata.